



República de Moçambique
Ministério da Indústria e Comércio



Lema: Industrialização: Inovação e Diversificação da economia nacional



FEIRA INTERNACIONAL DE MAPUTO 2024
MAPUTO INTERNATIONAL TRADE FAIR 2024
25 AGO A 01 SET • 26th AUG TO 1st SEPT
RICATLA • MARRACUENE • PROVÍNCIA DE MAPUTO

59th Edição | Edition 2024

REVISTA OFICIAL

UM EVENTO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO ATRAVÉS DA APIEX

26 AGO - 01 SET 2024 RICATLA | MARRACUENE

ENTREVISTA

Estratégias para Aumentar a Competitividade Nacional



CONFORMIDADE EMPRESARIAL

Como Assegurar o Sucesso e Evitar Penalidades

#FACIM2024

Revista Oficial | Publicação Anual da PUBLICUS | Agosto 2024 | Edição Nr.4

PIONEIRISMO E SUSTENTABILIDADE

Moçambique no Mercado Global de Carbono

Patrocinadores



Parceiros de mídia



Parceiros oficiais



Ficha Técnica

Edição: PUBLICUS, Lda – Agência de Relações Públicas. **Editora:** Iva Sheila Garrido.

CO-EDITORIA: Suninga Armando. **Redacção:** Direcções Provinciais da Indústria e Comércio, Vitorino Matsinhe, Teresa Martins.

Designer: Publicus. **Coordenação Comercial:** PUBLICUS & APIEX, IP. **Correcção Gramatical:** Carolina Menezes Matos.

Colaboradores: Teresa Martins, Vitorino Matsinhe, Carmen Ezequiel. **Agradecimentos:**

Tiragem: 1.000 exemplares. **Periodicidade:** Anual. **Produção e distribuição:** Publicus, Lda em parceria com a Agência para a Promoção de Investimento e Exportações, IP Projecto Gráfico. **Número de registo:** 15/Gabinfo-Dec/2012



ÍNDICE

04

Mensagem de Sua Excelência
Silvino Augusto José Moreno
Ministério da Indústria e Comércio

05

Entrevista ao Excelentíssimo Senhor
Rogério Samo Gudo
Presidente Associação Industrial de Moçambique (AIMO)

08

Entrevista a Excelentíssima Senhora
Odete Simião
Directora Geral da Agência Nacional de
Desenvolvimento Geo-espacial (ADE)

14

Especial Províncias

25

País de Honra

26

ARTIGO DE OPINIÃO:
Moçambique na rota dos mercados
de carbono, oportunidades e desafios

28

ARTIGO DE OPINIÃO:
As novidades da nova legislação cambial

32

Reportagem Excelentíssima Senhora
ESTER DOS SANTOS JOSÉ
Presidente do Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique

32

Reportagem Excelentíssima Senhora
ENILDE SARMENTO
Directora Nacional de Políticas Económicas e
Desenvolvimento da ENDE



MENSAGEM DE SUA EXCELÊNCIA SILVINO AUGUSTO JOSÉ MORENO

É com grande satisfação que nos reunimos para celebrar a 59ª Edição da Feira Internacional de Maputo – FACIM, que se realiza de 26 de Agosto à 01 de Setembro de 2024, um dos eventos mais importantes para o sector industrial e comercial do nosso país. Esta feira, que se tornou um ponto de encontro vital para negócios e inovação, reflecte o dinamismo e a crescente relevância de Moçambique no cenário global.

A FACIM tem sido um catalisador para o desenvolvimento económico, promovendo não apenas oportunidades de negócios, mas também facilitando o intercâmbio de conhecimentos e práticas entre empreendedores e investidores de diferentes partes do mundo. Este evento oferece uma

plataforma ímpar para a exposição dos nossos produtos e serviços, bem como para o fortalecimento das nossas relações comerciais internacionais.

Nesta 59ª Edição da FACIM, celebramos o espírito de empreendedorismo e inovação que caracteriza o mercado moçambicano. Estamos empenhados em criar um ambiente que estimule a competitividade e a cooperação, ajudando a transformar as nossas ideias e recursos em realidades concretas. Incentivamos todos os participantes a explorar as inúmeras oportunidades que surgirão no decurso da feira, estabelecer novas parcerias e contribuir para o crescimento sustentável do nosso País.

Ao longo dos últimos anos o Governo de Moçambique definiu como lema da FACIM: “Industrialização: Inovação e Diversificação da Economia Nacional”, o qual está alinhado com a visão do Programa Nacional Industrializar Moçambique (PRONAI), que define a estratégia de desenvolvimento industrial no País. O PRONAI é uma iniciativa do Governo que visa contribuir para o aumento da produção industrial nacional, privilegiando o uso da matéria-prima local, estimular a produção, comercialização, bem como contribuir para a transformação rural e gerar emprego e renda, em especial para jovens e mulheres.

Estamos convictos de que a nossa visão sobre a aposta na industrialização como estratégia de desenvolvimento está a surtir efeitos. Temos notado com satisfação a crescente aposta das províncias em trazer para a FACIM, produtos manufacturados, fruto do investimento do sector privado no seu processamento, a nível local, e tendo a FACIM como plataforma de promoção para acesso a vários mercados.

Como tem sido prática, a FACIM traz anualmente inovações, com vista a responder às necessidades dos expositores e visitantes. Teremos nesta edição, a participação especial da Província de Manica, na qualidade de Província de Honra, em reconhecimento da sua crescente capacidade produtiva demonstrada nos últimos anos. De igual modo, a FACIM contará com a participa-

ção especial da República da Índia, na qualidade de País de Honra, em reconhecimento do trabalho realizado com vista ao aumento do volume de exportações entre Moçambique e Índia.

Outra inovação de destaque nesta edição, é o “Pavilhão da Industrialização”, onde será exibido o potencial de produção industrial nacional em linha com a visão do Governo, de apostar na indústria como motor para a transformação estrutural da economia nacional.

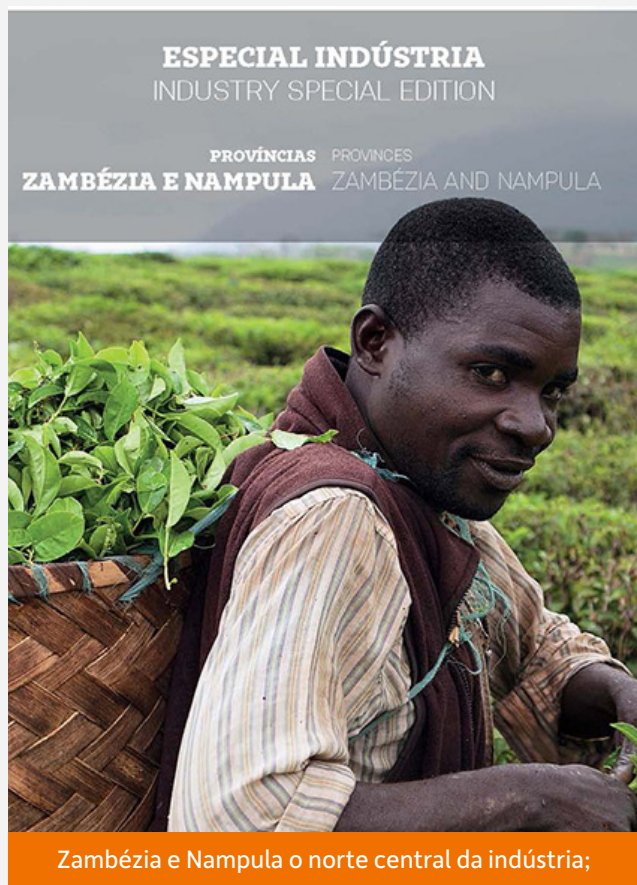
Queremos através da presente Revista Oficial partilhar a nossa visão sobre a 59ª Edição da FACIM, a maior feira de negócios do País e proporcionar aos expositores, uma plataforma para a promoção dos seus bens e serviços, identificação de novos mercados e estabelecimento de acordos de parcerias empresariais mutuamente benéficas.

Gostaria de expressar a minha profunda gratidão a todos os parceiros que tornarão possível a realização deste evento com sucesso, bem como a todos os expositores e visitantes que contribuem para a projecção internacional da nossa emblemática FACIM, na expectativa de que a presente edição seja um marco de progresso e uma demonstração clara do potencial económico de Moçambique para o mundo em geral.

Desejo a todos uma feira repleta de êxitos e ganhos nas suas dimensões multifacetadas.

INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO NA INDÚSTRIA MOÇAMBICANA

#FACIM2024



1. Qual é a visão institucional da AIMO para facilitar o investimento em tecnologias, e criar vantagens competitivas, a nível nacional e regional?

A AIMO, entende que o desenvolvimento industrial só é possível através da inovação, portanto a tecnologia é um dos factores críticos para a competitividade industrial, tanto a nível nacional bem como a nível regional. Para tal a AIMO assinou memorandos de cooperação com a academia, para estimular programas de R & D, inovação, desenvolvimento de tecnologias para processos de processamento de produção.

Por outro lado, em parceria com instituições públicas, tem desenvolvido políticas de modo a reduzir a carga fiscal na importação de tecnologias para transformação de matéria, certificação das empresas e de técnicos, nos padrões internacionais para a melhoria da qualidade de produtos e processos de produção, bem como estimular iniciativas de desenvolvimento de tecnologias industriais através de start ups locais.

2. Quais são as iniciativas presentes no mercado moçambicano, para aumentar o nível de pesquisa e desenvolvimento das indústrias, em Moçambique?

As iniciativas presentes no mercado moçambicano, para aumentar o nível de pesquisa e desenvolvimento das indústrias em Moçambique, são várias. Algumas nascem através de investimentos a nível de processos de produção, onde as empresas industriais têm estado a participar nestas iniciativas, por outro lado, as academias através dos processos de estágios e projectos de final do curso, têm também, trazido uma contribuição substancial. Através dos programas de desenvolvimento e promoção da indústria, o PRONAI, através de novas iniciativas, em start ups e, de pequenas e médias empresas.

3. De que forma a AIMO tem vindo a facilitar a integração de conceitos como os da Indústria 4.0 e da economia circular nos sectores industriais?

A AIMO tem vindo a facilitar a integração de conceitos como os da indústria 4.0 e da economia circular, nos sectores industriais, transmitindo aos membros e não só, em diferentes fóruns e palestras, como é o caso do mais recente, o evento organizado pela AIMO e pela SASOL denominado “Demanda Agregada e Fabricação Local” onde se discutiu sobre as principais áreas de fabricação local e demanda na indústria, com enfoque para a indústria extractiva em Moçambique, agregando valor, aumentando a produtividade sem fazer grandes investimentos. A indústria 4.0 traz uma componente de digitalização dos processos de produção, com enormes benefícios para a competitividade industrial, eficiência e produtividade, a redução de custos, controle de qualidade, interação tanto na cadeia de fornecimento de matéria prima, bem como na gestão do cliente, em tempo real.

4. Qual seria a estratégia orientadora da AIMO para incorporar conhecimento e desenvolvimento tecnológico na Indústria?

A estratégia orientadora da AIMO para incorporar conhecimento e desenvolvimento tecnológico na indústria, tem sido, através de programas de capacitação e reskilling de mão-de-obra, para adequá-la às necessidades de cada processo, onde temos como alguns exemplos o programa Fieldready, os programas de treinamento nos centros de formação técnica e profissional. Por outro lado, temos programas de incentivo com exemplo do programa “Promove Comércio”, projecto financiado pela UNIDO onde se desenvolvem capacidades para as empresas melhorarem as suas operações comerciais e acesso aos mercados.



Conferência da semana da Industrialização da África

5. Num contexto global, quais são os desafios, e de que forma é que alterações climáticas, modificações demográficas e competição pelos recursos naturais podem influenciar o desenvolvimento industrial do nosso país? Quais são as medidas que tem vindo a tomar para evitar estes riscos?

Para além das questões climáticas, mudanças demográficas e acesso a recursos naturais, encontramos outros desafios estruturais, como a falta de financiamento adequado à indústria, o custo de mão-de-obra, a falta de política de protecção ao investimento industrial, e várias outras questões. O objecto da AIMO é de advocacia junto aos parceiros de governação no desenvolvimento de políticas ajustáveis às necessidades de cada momento, tendo em conta que muitas destas são dinâmicas e, influenciam o desenvolvimento económico no seu todo. No caso de mudanças climáticas por exemplo, há necessidade de desenvolvimento de novas especificações na produção de materiais de construção para infraestruturas mais resilientes, o que significa que, pode ter impacto nas linhas de produção nas indústrias, havendo em certos casos, a necessidade de investimento específico para o ajustamento destas necessidades, portanto aqui também há que estabelecer políticas e incentivos para tal.

6. Face a crescente digitalização da indústria e novos modelos de negócio, qual seria a estratégia que Moçambique deveria adoptar para dinamizar a Indústria Nacional?

Face à crescente digitalização da indústria e novos modelos de negócio, Moçambique, para dinamizar a indústria nacional, deve criar um ambiente de negócios atractivo a novos investimentos na indústria, usando as suas vantagens competitivas, como o ambiente macroeconómico, fácil acesso aos principais mercados mundiais tanto na importação bem como na exportação dos produtos acabados e, a sua mão-de-obra, maioritariamente jovem, representam uma vantagem comparativa. Por outro lado, a zona livre de comércio africano representa uma grande oportunidade para a exportação de produtos industriais, e a sua combinação com a indústria energética e extractiva poderá representar uma grande vantagem em relação aos outros mercados.

7. Quais são os grandes projectos industriais, em carteira, em Moçambique, que adoptaram as melhores práticas no desenvolvimento de cadeias de valor sustentáveis?

Grandes projectos com iniciativas de sustentabilidade, ainda são poucos por falta da regulamentação adequada, apesar de, na maioria dos casos, subscreverem aos objectos de desenvolvimento sustentável do milénio das Nações Unidas.

8. Qual seria a melhor estratégia a adoptar, em Moçambique, para a optimização do desempenho e uso eficiente de recursos a nível das indústrias?

Para otimizar o desempenho e uso eficiente de recursos a nível das indústrias em Moçambique, deve-se aumentar a eficiência organizacional por meio da melhoria dos processos de produção, aperfeiçoamento dos produtos e serviços. A nossa estratégia, nesse sentido é, através de capacitação e certificação de empresas em sistemas internacionais, ISO, sobretudo no sistema de gestão ISO 9001 de controle de qualidade, o que permite a melhoria na gestão de processos de produção e também na implementação dos sistemas de digitalização dos processos de produção à Indústria 4.0. Através destes sistemas poderemos identificar, por via de processos de auditoria, todas as necessidades de melhoria e corrigi-las, permitindo assim, monitorar os resultados desejáveis nos diversos processos de produção.

9. De um ponto de vista geral, quais são os grandes impactos, responsabilidade sociais e questões éticas no âmbito do exercício das actividades industriais, a serem revistadas, tendo em conta, a situação económica de Moçambique?

De um modo geral, os impactos e responsabilidades sociais, questões éticas no âmbito do exercício das actividades industriais, a serem revistas tendo em conta a situação económica de Moçambique, a mais crítica é a do capital humano, este é o ponto central da necessidade do desenvolvimento industrial. Precisamos duma lei dinâmica que responda às necessidades de adaptarmos a nossa economia aos desafios acima referidos, a competitividade industrial, ela é impactada pela inflexibilidade da Lei de Trabalho. Portanto, precisamos duma Lei de Trabalho competitiva na região, que estimula o desenvolvimento de novos postos de trabalho e mais novo investimento a nível industrial.

CORREDORES DE DESENVOLVIMENTO PARA PROMOÇÃO DA ECONOMIA MOÇAMBICANA



ODETE SIMIÃO

Directora Geral da Agência Nacional de Desenvolvimento Geo-espacial (ADE)

1. Quais são os principais objectivos da Agência Nacional de Desenvolvimento Geo-Espacial (ADE) em Moçambique, e como é que a agência tem contribuído para o crescimento económico do país?

A Agência Nacional de Desenvolvimento Geo-Espacial (ADE, IP) é um instituto público responsável pela promoção das Iniciativas de Desenvolvimento Espacial (IDE), partilha do conhecimento, desenvolvimento de ferramentas de análise sócio-económica bem como a realização de estudos importantes para formulação de políticas e programas públicos. Tem como objectivo, promover boas práticas de planificação do território nacional e, gerir a Rede Nacional de Informação Geográfica, uma plataforma online que permite ter acesso a dados actualizados dos vários sectores, para auxiliar na tomada de decisões informadas.

Pode dar exemplos específicos de projectos ou iniciativas que ilustram o impacto da ADE em sectores como, as infra-estruturas, a gestão de recursos e o ordenamento do território?

A ADE contribui para o crescimento do país através de vários projectos e iniciativas que auxiliam o exercício das actividades dos sectores financeiro, infra-estruturas, gestão de recursos, mitigação de desastres naturais e o ordenamento do território, tais como:

Mapeamento dos Pontos de acesso aos Serviços Financeiros para o Banco de Moçambique

Suporte na implementação e alcance das metas da Estratégia de Inclusão Financeira, através da criação de um aplicativo web e mobile que permitiu a colecta de coordenadas geográficas dos Pontos de Acesso aos Serviços Financeiros (PASF) que inclui Agências Bancárias, ATM, POS, Agentes Bancários e Instituições de moeda electrónica, (mcash, mpesa e emola), bem como a elaboração de uma plataforma de carregamento, monitoria e gestão dos dados PASF e dashboard de visualização dos mesmos. Foram igualmente realizadas análises espaciais combinando a localização dos PASF com outra informação relevante como, densidade populacional, infraestruturas de energia, telecomunicações, estrada e actividades económicas, que permitem ao BM melhor definição dos locais para a abertura de novos serviços

financeiros, próximos da população (num raio de 5km do local de residência ou de trabalho).

Para o Ministério de Economia e Finanças (MEF)

Contribuímos num exercício de planificação integrada através da geo-referenciação dos projectos inscritos no PQG 2020-2024; no desenvolvimento de aplicativos de recolha de coordenadas de projectos de investimento público e, no aplicativo de apoio à tomada de decisão sobre a localização de projectos, durante a fase de planificação; na elaboração do dashboard de visualização dos projectos financiados pela ajuda externa; bem como na produção de mapas interactivos com os indicadores de Pobreza Multidimensional e de Análise do Bem Estar da Criança.

MADER

Desenvolvimento de instrumentos de levantamento de informação sobre preços e

mercados de produtos agrícolas em formato digital usando dispositivos electrónicos para alimentar o SIMA (Sistema de Informação de Mercados Agrícolas) e o desenvolvimento da base de dados para garantir maior utilização por parte das comunidades, no processo de colecta de dados sobre o desmatamento florestal, para o FNDS .

ANE

Elaboração de Mapas Temáticos com Rede de Estradas por tipo de estrada, com condições de transitabilidade e com obras em curso para o acesso público; cálculo de percursos óptimos e contagem electrónica de veículos.

MISAU

Concepção de dashboard de evolução dos

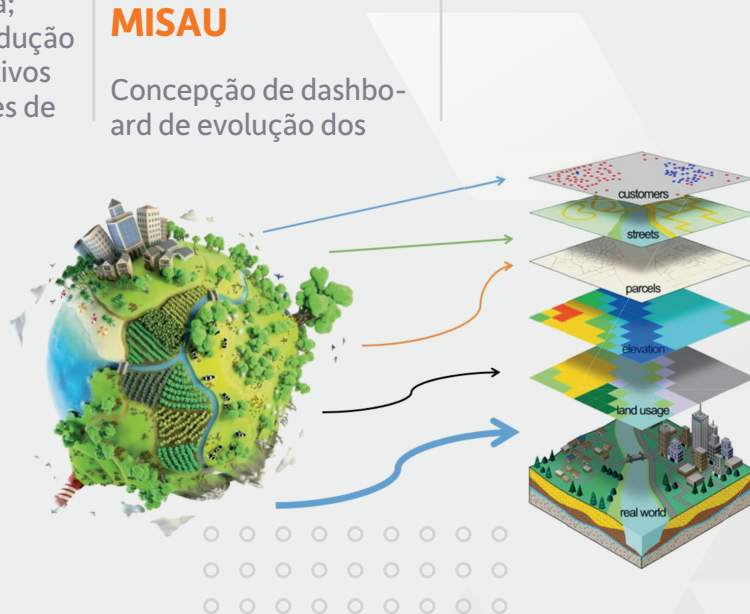
casos da Covid 19; aplicativo de exploração de unidades sanitárias; apoio na implementação do Projecto-Piloto para a criação do Mapa de Saúde Digital para a RED/REC.

FUNAE

Concepção de plataforma que permite monitorar e avaliar o processo de electrificação fora da rede.

INGD

Desenvolvimento de um aplicativo de análise espacial do Plano de Contingências.



2. Que estudos realizou a Agência Nacional de Desenvolvimento Geo-Espacial (ADE) sobre os corredores de desenvolvimento? Poderia destacar conclusões ou recomendações desses estudos e como elas podem influenciar na gestão de recursos, o planeamento urbano ou o desenvolvimento económico destes corredores?

O Governo de Moçambique, através do Programa de Desenvolvimento Espacial, actual ADE levou a cabo alguns estudos a destacar:

1. *Estudo de Avaliação Ambiental e Social Estratégica (AASE) que abrangeu 7 corredores de desenvolvimento, nomeadamente Maputo, Libombos, Beira, Zambézia, Nacala, Mueda e Norte Sul, que recomendou que se tomem em conta, nestes corredores aspectos como:*

- Evolução e movimentos populacionais;
- Incidência de pobreza e medidas para reduzir a pobreza;
- Promoção do conteúdo local e geração de renda da comunidade local;
- Potenciais reassentamentos e características dos respectivos potenciais meios de vida comunitários;
- Questões de saúde, incluindo o acesso à infraestruturas;
- Áreas vulneráveis ao clima, riscos de desastres e quaisquer medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas;
- Sensibilidades ecológicas, particularmente, os principais pontos de biodiversidade, florestas sagradas, áreas protegidas, zonas sensíveis costeiras, lagos e zonas pantanosas, riscos de destruição;
- Sensibilidades culturais para o património cultural;
- Principais mudanças de uso esperado da terra;
- Qualidade de água e disponibilidade;
- Planos de gestão de resíduos para lidar com a produção de resíduos de novas actividades económicas;
- Destruição do solo e conflitos com a mineração, a agricultura e a silvicultura;
- Questões da regulamentação, em matéria de coordenação entre os ministérios, o sector privado, as comunidades, as ONGs e, a transparência e prestação de contas.
- Estudos de análise sectorial e avaliação de oportunidades de investimento em 5 Corredores de Desenvolvimento, nomeadamente Maputo, Beira, Nacala, Zambézia e Norte e Sul. O principal, destes estudos, era fazer avaliação na área de influência do Corredor, da situação e do potencial em cada um dos sectores (Agricultura, Florestas e Pecuária; Agro-Processamento, Indústria e Comércio; Recursos Minerais; Turismo; Infraestruturas; e Serviços), no que se refere aos projectos existentes e potenciais, seu grau de implementação e nós de estrangulamento.

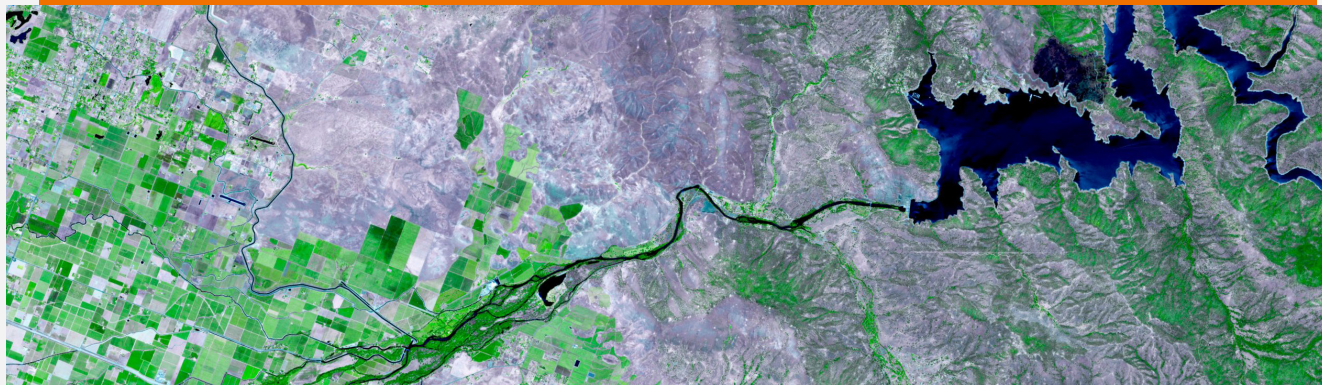
Foram, igualmente, identificados os projectos âncora em curso e ou planificadas as oportunidades de investimento associados aos grandes projectos sejam eles de carácter produtivo, comercial ou de serviços, para elaborar o estudo de pré-viabilidade da carteira de potenciais Projectos ou Oportunidades de Investimento, a divulgar pelos potenciais Investidores.



3. Como é que a Agência Nacional de Desenvolvimento Geo-Espacial (ADE) utiliza a análise espacial para garantir o desenvolvimento socioeconómico sustentável em Moçambique? Que ferramentas e práticas de gestão específicas são utilizadas para explorar eficazmente os recursos existentes, e como é que estas abordagens facilitam a implementação de planos, políticas e projectos que respondam às necessidades identificadas das diferentes regiões?

A informação geográfica, os aplicativos e ferramentas criados à medida das necessidades dos seus utilizadores, assim como a análise espacial, permitem ao tomador de decisão priorizar os programas e políticas públicas alocando os escassos recursos para regiões mais carenciadas. Permitem-lhe, também, poupar o poder aceder remotamente à informação. Por isso é que os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) fazem cada vez mais uso de informação geográfica na definição das suas prioridades e, na monitoria do alcance das suas metas. A ADE é uma entidade de suporte ao alcance do desenvolvimento sócio-económico sustentável em Moçambique.

4. Como é que a Agência Nacional de Desenvolvimento Geo-espacial (ADE) utiliza os seus serviços de alojamento de dados e desenvolvimento de aplicações para melhorar a acessibilidade à informação relacionada com os corredores de desenvolvimento? De que forma é que estes serviços minimizam os custos de investimento, apoiam a gestão de projectos, facilitam o planeamento entre sectores e influenciam a tomada de decisões para o crescimento económico de Moçambique?



Os estudos e aplicativos desenvolvidos pela ADE podem ser acedidos através do Portal MOZGIS e no website da Agência. Os dados podem ser visualizados, baixados e reutilizados para os diferentes fins e, desta forma, se minimizam os custos de produção e mesmo de recolha, uma vez que se pode, a partir do portal, ter acesso a dados dos diferentes sectores. O Governo aprovou, através do Decreto Lei 2/2023 de 06 de Novembro, a criação da Infraestrutura de Dados Espaciais de Moçambique (IDEMO) que visa facilitar a criação, troca e uso de dados espaciais e recursos de informações relacionadas numa comunidade de partilha de informações. A IDEMOC vai também promover a produção, acessibilidade e utilização de toda a informação geográfica, com a qualidade e actualização necessárias para responder às carências dos seus utilizadores, contribuindo desta forma, para que os processos de tomada de decisão a todos os níveis, sejam baseados em evidências e, cabe a ADE a Gestão desta infraestrutura.

5. Como é que a Agência Nacional de Desenvolvimento Geo-Espacial (ADE) utiliza as suas aplicações e ferramentas para a gestão, monitorização e avaliação de projectos de infraestruturas? Que características específicas permitem a monitorização remota e em tempo real, e como é que estas capacidades melhoraram a eficácia e a transparência da implementação de projectos em Moçambique?

A Rede Nacional de Informação Geográfica que é o repositório de dados e informação diversa permite realizar análises que possibilitem aferir sobre onde existe densidade populacional e onde se encontram as infraestruturas e isso pode ser visualizado no mapa. A análise espacial permite estimar por exemplo a distância percorrida pela população para aceder a determinada infraestrutura (seja escola, unidade sanitária, fonte de água, etc.). Este exercício não tem que, necessariamente, ser feito pela ADE mas por qualquer sector ou cidadão. Daí a necessidade da Rede Nacional e os seus dados serem de acesso público. A monitorização em tempo real é possível para todos os dados que tenham coordenadas geográficas. Moçambique ainda está numa fase incipiente na gestão de informação geográfica. A regulamentação sobre a produção, partilha e uso de dados e, formas de governação foi aprovada em Novembro de 2023 e carece de operacionalização para começar a surtir efeitos.

O que se tem estado a fazer é levar a cabo iniciativas isoladas e, com bastante esforço, ir demonstrando o potencial desta ferramenta com exemplos da sua aplicabilidade. Não podemos ainda medir impactos na melhoria da eficácia e transparência ou outros efeitos, porque ainda não se tornou uma norma ou requisito, para a inscrição/ avaliação e aprovação, que todos os projectos no país tenham as coordenadas geográficas para facilitar a monitoria remota da sua execução.

6. Que iniciativas a Agência Nacional de Desenvolvimento Geo-Espacial (ADE) implementa para promover o surgimento de novos talentos em Moçambique e como é que estas iniciativas criam oportunidades para os jovens desenvolverem as suas competências na concepção de soluções inovadoras? Adicionalmente, pode falar sobre o programa Hack4MOZ e como este envolve jovens talentosos com várias partes interessadas para abordar desafios tecnológicos na gestão interna?

A Agência Nacional de Desenvolvimento Geo-Espacial (ADE) apoia o surgimento de novos talentos em Moçambique oferecendo estágios curriculares e profissionais para jovens nas áreas de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), Sistemas de Informação Geográfica (SIG), Gestão, entre outras. Essas oportunidades permitem que os jovens obtenham experiência prática, desenvolvam suas competências e se envolvam em projectos inovadores, promovendo um ambiente de aprendizado e inovação essencial para o crescimento e avanço tecnológico no país.

O Hack4Moz, é uma iniciativa da ADE que envolve talentos criativos moçambicanos, numa competição que visa fortalecer o ecossistema de inovação local a partir da maior colaboração entre várias partes interessadas em tecnologias de informação e comunicação, criando um espaço de colaboração que ofereça oportunidade a talentos moçambicanos para, usando os dados disponíveis na Rede Nacional do SIG, desenvolver soluções, produtos e/ou serviços baseados em tecnologia para problemas identificados pelas instituições e agências governamentais e, desta forma prover o surgimento de novas startups.

A maratona de criatividade tecnológica visa, ainda, a criação de oportunidades de empreendedorismo de jovens e adultos entusiastas em análise espacial, programação e desenvolvimento de soluções tecnológicas que possam responder às necessidades de Moçambique.

7. Qual a perspectiva da ADE para os próximos de 10 anos em Moçambique? Que agenda tem a longo prazo para Moçambique?

A nossa perspectiva é que todo o processo de planificação da economia seja baseado em informação integrada disponibilizada pela Rede Nacional de Informação Geográfica MOZGIZ, para o efeito, a Estratégia e Plano de Acção de 10 Anos da ADE delinea os pilares, objectivos específicos, para desenvolver e manter a infra-estrutura geo-espacial nacional, incluindo os meios necessários para alcançar os resultados esperados em estreita colaboração com os intervenientes geo-espaciais.

A boa governação, a sustentabilidade financeira e a capacitação institucional e individual são responsáveis por três prioridades estratégicas que apoiam a visão da ADE e que, originaram cinco pilares estratégicos para servir de estrutura de referência para os objectivos específicos e o plano de acção, nomeadamente, Gestão Eficaz da Informação Geo-Espacial, infra-estrutura de dados geo-espaciais e dados geo-espaciais de qualidade, Engajamento Nacional, Comunicação, e Sustentabilidade Financeira e Capacidade Institucional.

8. Foi recentemente aprovado o Decreto-Lei que cria a infra-estrutura de dados espaciais (IDEMOC), o que permite e que impacto tem para o país?

A Infra-estrutura de Dados Espaciais de Moçambique (IDEMOC), permite harmonizar a produção de dados espaciais e melhorar o acesso à informação geográfica.

Tendo em conta que a informação vai estar alojada no mesmo repositório, a mesma torna-se facilmente acessível às instituições e agências governamentais, sector privado e público no geral, evita a duplicação da produção do mesmo tipo de dados, garantindo uma melhoria na qualidade do que é publicado, através da normalização, observância dos standards e produção harmonizada, reduzindo os custos de acesso e produção e, conseqüentemente, alargando os benefícios da utilização da informação tanto aos utilizadores como àqueles afectados por projectos construídos com base nos dados.





Sua Excelência
Francisca Domingos Tomás
Governadora da Província
de Manica

PROVÍNCIA DE MANICA

Capital: Chimoio
Município(s): Catandica,
Chimoio, Gondola,
Manica e Sussundenga.
População: 1 911 237 hab.
(2017)
Área: 61 661 km²

A província de Manica está localizada na região centro de Moçambique. A sua capital é a cidade de Chimoio, a cerca de 1100 km a norte de Maputo, a capital nacional, e a cerca de 200km a oeste da costeira cidade da Beira. Com uma área de 61 661 km² e uma população de 1 911 237 habitantes em 2017, esta Província está dividida em 12 distritos e possui, desde 2013, 5 municípios: Catandica, Chimoio, Gondola, Manica e Sussundenga.

É na província de Manica que se encontra o ponto mais alto de Moçambique: o Monte Binga, com uma altitude de cerca de 2436m.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (ENDE) PARA PROVÍNCIA DE MANICA

- Industrialização através da operacionalização do PRONAI, com a criação de Parques Industriais dando mais enfoque à Pequenas e Médias Empresas para garantir maior exportação de produtos, apostando na qualidade de processados através de uso de tecnologias avançadas e inovações.
- Reduzir a importação de matérias-primas para as indústrias, garantindo a produção e consumo de produtos locais.



OS OBJECTIVOS ECONÓMICOS E SOCIAIS DA PROVÍNCIA DE MANICA

- Promover um ambiente de negócios que incentive o crescimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas, gerando emprego e, consequentemente, atracção de investimentos.

ACTIVIDADES ECONÓMICAS QUE O GOVERNO REALIZA PARA INCLUSÃO DO GÉNERO

- Criação de associações e financiamento do género;
- Formação e capacitação do género;
- Criação de projectos de rendimento para benefício do género;
- Sensibilização e incentivo à rapariga com vista ao não abandono a educação;
- Sensibilização contra as uniões prematuras.

OBJECTIVOS DA PARTICIPAÇÃO DA PROVÍNCIA DE MANICA

- Expor e divulgar as potencialidades da Província (produtos e serviços);
- Estimular e atrair novas iniciativas de investimentos;
- Criar oportunidades de negócios para as Micro, Pequenas e Médias Empresas.

PRODUTOS DA PROVÍNCIA A SEREM EXIBIDOS NA FACIM

- Insumos e produtos agrícolas, tubérculos, processados, cereais, frutas e hortícolas, recursos mineiros, cultura, arte e serviços.

ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PARA ATRAIR INVESTIMENTO NA PROVÍNCIA

- Divulgação das potencialidades através de apresentação de material publicitário (vídeo desdobráveis, vinis e exposição das amostras dos produtos produzidos)

GANHOS ECONÓMICOS DAS EXPORTAÇÕES POR PRODUTO

Entrada de divisas para o País e aumento da competitividade no mercado internacional

O QUE A PROVÍNCIA MAIS IMPORTA

Equipamento e maquinaria para apoio à agricultura e à indústria, alimentos, vestuário, outros bens de consumo e equipamentos informáticos.





PROVÍNCIA DE MAPUTO

Sua Excelência
Júlio Parruque
Governador da Província de Maputo



OBJECTIVOS DA PARTICIPAÇÃO DA PROVÍNCIA NA 59ª EDIÇÃO DA FACIM

- Atrair investimentos através da exposição das suas potencialidades nas áreas de prestação de serviços, produção industrial, produção agropecuária e pesqueira;
- Promover as oportunidades de negócios e investimento da Província nos diversos segmentos do tecido empresarial nacional e estrangeiro.
- Internacionalizar a economia da Província de Maputo;
- Estabelecer parcerias com empresas nacionais estrangeiras;
- Estimular novas iniciativas de investimento público e privado através de troca de experiências com actores nacionais e internacionais;
- Criar oportunidades de negócios para as Micro, pequenas e Médias empresas da Província de Maputo.

INDÚSTRIA

- A Província de Maputo detém o maior Parque Industrial do País com 1.086 indústrias transformadoras sendo, 513 Micro, 506 Pequenas, 43 Médias empresas e 24 de grande dimensão.
- A Província é pioneira na implementação do novo conceito de parques, através do Parque Industrial de Beluluane, desenvolvido pelo Governo e operado pela MozParks. O parque industrial de Beluluane possui 700 hectares de terra industrial e é o lar de mais de 50 empresas de 18 países, encabeçadas pela empresa âncora, a Mozal Aluminum e emprega mais de 10.000 trabalhadores.

AGRICULTURA E PESCAS

- O maior potencial agrícola da Província de Maputo é a terra.
- Área arável (condições agroecológicas favoráveis para a prática da agricultura): 1.162.888 hectares;
- Área disponível: 50 %.

EXPOSIÇÃO DA PROVÍNCIA DE MAPUTO FACIM 2024 NÚMERO DE EXPOSITORES

A Província de Maputo irá participar na presente edição da FACIM 2024 com cerca de 350 expositores com o destaque para 44 empresas que, para além de estarem no Stand da Província, irão também expor no pavilhão de industrialização e cerca de 50 artesãos que irão expor na parte exterior dos pavilhões.

PRODUTOS A EXPOR:

- Produtos de bandeira, Produtos processados, Produtos inovativos, Produtos com potencial para exportação.

COM DESTAQUE:

- Sector da Agricultura e Pescas: Cereais (arroz, milho); Leguminosas (feijões, amendoim); Raízes e Tubérculos (batata doce, mandioca, cenoura e inhame); Hortícolas (tomate, pimento, alface, repolho, cebola, maçaroca e batata reno); Culturas de rendimento (amêndoas, cana de açúcar); Frutas (papaia, manga, ananás, morango, etc) e Produtos pesqueiros.

- Produtos de Exportação: Piri-Piri; Macadâmia; Banana; Açúcar e Castanha de Cajú.
- Sector de Indústria: de ramo alimentar, de bebidas, de detergentes e de produtos de limpeza; de minerais não metálicos e seus derivados; de embalagens; metalúrgica de base; e outra indústria transformadora.

ESTRATÉGIAS DE ATRACÇÃO DE INVESTIMENTOS

- Realização de Diálogo Público Privado;
 - Realização de FÓRUM's de Negócios;
 - Participação em Feiras Nacionais e Internacionais;
 - Divulgação de Potencialidades e Oportunidades de Negócios em Workshop;
 - Benefícios Fiscais e Aduaneiros.
 - Ganhos Económicos das Exportações
- No âmbito de desenvolvimento do Corredor de Maputo destaca-se a fábrica de Fundição de Alumínio MOZAL, situada no Parque Industrial de Beluluane, no distrito de Boane. Neste momento a MOZAL é a maior empresa ao nível provincial e nacional, com os maiores volumes de exportação e de negócios e é seguido pela MERECA a nível Provincial. No ano de 2023 a MOZAL produziu cerca de 524.426 toneladas de alumínio onde 70% da produção foi para exportação.

A Província tem registado também um crescimento nas exportações de Açúcar, Banana, Macadâmia, Castanha de Caju, Piri-Piri e Papaia.

Capital: Matola

Município(s): Marracuene, Matola, Matola-Rio, Boane, Manhiça e Namaacha.

População: 2 507 098 hab. (2017)

Área: 26 058 km²

A província de Maputo é a mais meridional das províncias de Moçambique. A sua capital é a cidade de Matola, situada a apenas de 10 km a oeste da cidade de Maputo, a capital do país. Com uma área de 26 058 km² e uma população de 2 507 098 habitantes em 2017, esta província possui 8 distritos: Boane, Magude, Manhiça, Marracuene, Matola, Matutuíne, Moamba e Namaacha; possui 6 autarquias, nomeadamente Matola, Vila da Manhiça, Boane, Namaacha, Marracuene e Matola Rio. Se não contarmos a cidade de Maputo, que tem o estatuto de provincial, a província de Maputo é a que tem menor área, menos distritos e, em 2017, a que tem maior densidade populacional, com 96,2 habitantes por km².

ESTRATÉGIAS DE ATRACÇÃO DE INVESTIMENTOS

- Realização de Diálogo Público Privado;
- Realização de FÓRUM's de Negócios;
- Participação em Feiras Nacionais e Internacionais;
- Divulgação de Potencialidades e Oportunidades de Negócios em Workshop;
- Benefícios Fiscais e Aduaneiros.





Sua Excelência
Vicente Joaquim
Secretário do Estado
na Cidade de Maputo

CIDADE DE MAPUTO

Maputo é a capital e a maior cidade de Moçambique. É também o principal centro financeiro, corporativo e mercantil do país. Localiza-se na margem ocidental da baía de Maputo, no extremo sul do país, perto da fronteira com a África do Sul e da fronteira com o Essuatíni e, por conseguinte, da tripla fronteira dos três países (onde se situa a vila da Namaacha). A cidade constitui administrativamente um município com um governo eleito e tem também, desde 1980, o estatuto de província. Não deve ser confundida com a província de Maputo, que ocupa a parte mais meridional do território moçambicano, excetuando a cidade de Maputo. O município tem uma área de cerca de 300 km quadrados e uma população de 1 088 449 (Censo de 2017). A sua área metropolitana, que inclui o município da Matola e os distritos de Boane e Marracuene, tem uma população de 3 158 465 habitantes.

BREVE DESCRIÇÃO DA VISÃO ECONÓMICA DA CIDADE, NO CONTEXTO DA ENDE

A Cidade de Maputo é caracterizada economicamente como o centro de investimento nacional, dispondo de maior porto e aeroporto do país. Os principais pilares de desenvolvimento económico que contribuem para o PIB na Cidade de Maputo são os sectores do turismo, indústria transformadora, transportes e comunicações, agropecuária, pesca e sector dos serviços. Com a ENDE, o sector mostra-se como pilar importante da economia, garantindo melhorias no ambiente macroeconómico, criando um ambiente favorável ao investimento, proporcionando o aumento da produtividade do sector e estimular o aumento de infraestruturas sociais e económicas.

OBJECTIVOS ECONÓMICOS E SOCIAIS DA CIDADE DE MAPUTO:

Os esforços da província estão orientados para a geração de riqueza em todos os sectores de actividades, no quadro da implementação da política económica e social, cujo enfoque está em:

- Aumentar a produção global, melhorar o ambiente de negócios, cumprindo com o preceituado na Prioridade II e seus Pilares na área da Indústria e Comércio e a consequente melhoria das condições de vida da população da cidade de Maputo, aumentando o emprego, a produtividade e a competitividade, criando riqueza com o desenvolvimento inclusivo, num ambiente de paz e segurança;
- O plano e orçamento dos órgãos de governação provincial descentralizada, tem contribuído para o aumento das receitas económicas da Cidade de Maputo, através da promoção da produção, consumo, investimento e exportações de produtos locais.

Capital: Cidade de Maputo
Município(s): KaMpfumu, KaNhlamankulu, KaMasaqueni, KaMavota, KaMubukwana, Katembe e KaNyaka
População: 3 000 000 hab. (2017)
Área: 300 km²

ESTRATÉGIAS SECTORIAIS E TERRITORIAIS PARA IMPULSIONAR O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DA CIDADE DE MAPUTO:

Para impulsionar o crescimento económico, a Cidade foca-se:

- No aumento da produção e produtividade através da modernização agrícola e da pesca, expansão da Indústria;
- Desenvolvimento do turismo, melhoria da educação e saúde, expansão da rede de transporte rodoviário, aéreo, ferroviário e marítimo.

OBJECTIVOS DE PARTICIPAÇÃO NA FACIM:

- Expor as potencialidades de produção, serviços e de exportação;
- Estabelecer bolsas de contactos para efeitos de parcerias e promover oportunidades de negócios nos diversos segmentos do tecido empresarial;
- Estimular novas iniciativas de investimento público e privado;
- Criar oportunidades de negócios para as pequenas e médias empresas.

EMPRESAS QUE IRÃO EXPOR NO STAND DA CIDADE:

Dos vários produtos e serviços existentes, a Cidade de Maputo irá expor os seguintes produtos:

- Agropecuários: produção em

sistema hidropónica, produção em bolsas (couve, alface, repolho, pepino e tomate).

- Venda de material de construção: Design de primeira, produto de combate a infiltração, torneiras e tintas (FERRAGEM CHOPAL e CITY GLOBALY);
- Comércio de produtos alimentares: Cerelac, Servita, Ricofee, chocolate (NESTLE);
- Indústria transformadora: Cofres, portas, chaveiros, cacifos, portas da casa forte, carteiras, chapéus, cintos e chinelos (ATELIER NIVALDO THIERRY e FABRICA DE COFRES);
- Design gráfico: Decoração, Publicidade, Fotografia (EXCLUSIVE IMAGEM);
- Serviços: BAU, Actividades Económicas, Assuntos Sociais e Exclusive Design.

AS ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PARA ATRAIR INVESTIMENTOS NA CIDADE:

- Simplificação de Procedimentos na Relação entre o Estado, as Empresas e as Pessoas;
- Participação em feiras internacionais;
- Organização de fóruns de negócios.

A CIDADE EXPORTA:

- Desperdícios (material reciclável com plásticos, resíduos metálicos);
- Caranguejos;
- Lagostas;
- Camarão;
- Energia eléctrica.

A CIDADE IMPORTA:

- Arroz;
- Peixe Carapau;
- Veículos automóveis
- Máquinas
- Bebidas alcoólicas.



PROVÍNCIA DE GAZA

Sua Excelência
Margarida Mapanzene
Secretária de Estado
na Província de Gaza



A Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE) reflete a visão de desenvolvimento do País, quantificando-a e qualificando-a mediante a definição de objectivos, indicadores e metas indicativas, com horizonte temporal mínimo de 20 anos. Pode fazer uma breve descrição da visão económica da Província, no contexto da ENDE?

R: Quanto à visão económica da Província no contexto da ENDE no horizonte dos últimos 20 anos, uma das acções encontra o enquadramento no Pilar I, objectivo estratégico 11, programa 1.3 “Melhoria do Ambiente de Negócios”, que consiste na transformação estrutural da economia, através do estímulo ao empreendedorismo e ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas. Esta visão tem a sua resposta na implantação da plataforma e-BAÚ, que permite a redução da documentação exigida para a legalização de empresas e cumpre, na prática, os indicadores e prazos estabelecidos para a obtenção do alvará/legalização de empresas, que passaram a ser de 1 a 3 dias, de acordo com a complexidade da petição.

OBJECTIVOS ECONÓMICOS E SOCIAIS DA PROVÍNCIA:

NA transformação do sector informal em formal, através da implementação de políticas de simplificação na legalização de empresas, com a implementação do licenciamento simplificado e licenciamento zero, através da emissão da Certidão de Mera Comunicação Prévia, o que reflete no aumento da capacidade de provisão de bens e serviços essenciais para a população da Província, como também no aumento da base tributária e de novos postos de trabalho criados.

ESTRATÉGIAS SECTORIAIS E TERRITORIAIS PARA IMPULSIONAR O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DA PROVÍNCIA:

As estratégias sectoriais e territoriais para impulsionar o desenvolvimento económico da Província, estão voltadas à implementação do Programa Quinquenal do Governo, do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Província de Gaza e à implementação de diversas estratégias ministeriais, a título de exemplo, a Estratégia de Melhoria do Ambiente de Negócios, que inclui a simplificação de procedimentos e aproximação de serviços ao cidadão.

OBJECTIVOS DE PARTICIPAÇÃO NA FACIM:

- Massificar a divulgação das potencialidades e oportunidades de investimento económico na Província;
- Firmar novas parcerias de investimento e consolidar as existentes;
- Buscar parcerias para as exportações dos principais produtos que constituem bandeira da Província;
- Promover as facilidades legais que o Governo oferece, principalmente na área de investimento agrário e de produção industrial, com foco, para o agro-processamento, promoção turística e mineração;

EMPRESAS QUE VÃO EXPOR OS SEUS PRODUTOS DURANTE A 59ª EDIÇÃO DA FACIM:

Relativamente às empresas que irão expor no Stand da Província, Gaza conta com a presença directa e indirecta de 36 empresas, com destaque para as empresas:

Agro-Processamento (Wanbão, Lianfeng, Agrizema, Woneca,

Viseco, Magri, Wapswala, Xicucumuca, Hovozana, Da Gloria, APIMO, Sunshine, MJ3 Lagoas),

Ensino (Escola Secundária Tinhyko de Gaza e ISPG),

Carpintaria (Mbir Produções, Associação dos Madeiros de Massangena e Serração António Novela),

Indústria (Indústria de Gaza e FAZAG),

Agricultura (Massangulo, Agrofertil, RBL, Massingir Valley Farm, Super Quick, e

Artesanato (Bunga's Arte), Conselho Executivo Provincial e Governos dos Distritos de Xai-Xai e Massangena.

ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PARA ATRAIR INVESTIMENTOS PARA A PROVÍNCIA:

As estratégias utilizadas para atrair investimentos, além da participação na FACIM, a província aposta:

- No uso das mídias, como plataformas digitais, televisão e rádios diversas, desde as públicas e privadas, para a divulgação das potencialidades de investimentos e serviços prestados;
- Firmação de acordos de gemelagem com províncias do exterior;
- Participação nas feiras internacionais, promoção e implementação de feiras provincial e distritais.

GANHOS ECONÓMICOS DAS EXPORTAÇÕES POR PRODUTOS:

Em relação aos ganhos económicos das exportações por produto, no ano 2023 a Província exportou:

- Castanha bruta;
- Amêndoa de cajú;
- Madeira;
- Abobrinha de cabeça;
- Banana;
- Zircão;
- Titânio;
- Alfafa;
- Produtos pesqueiros, com ganhos estimados em 499.960.000,00mt.

Capital: Xai-Xai

Município(s): Chibuto,

Chókwè, Macia,

Manjacaze, Praia do Bilene e Xai-Xai

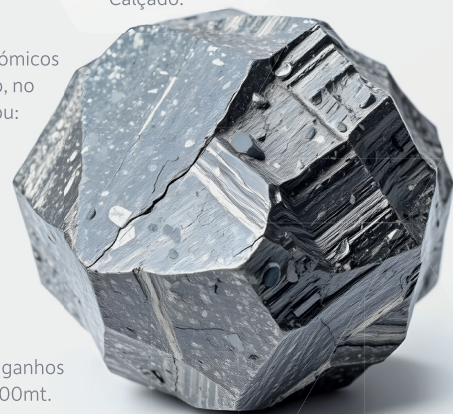
População: 1 446 654 hab. (2017)

Área: 75 709 km²

Gaza é uma província de Moçambique. Localizada no sul do país e a sua capital e a cidade de Xai-Xai, situada a cerca de 210 quilómetros da capital nacional, Maputo. Com uma área de 75 709km² e uma população de 1 446 654 habitantes, esta província é dividida em 14 distritos e possui, desde 2013, 6 municípios: Chibuto, Chókwè, Macia, Manjacaze, Praia do Bilene e Xai-Xai.

PRODUTOS QUE A PROVÍNCIA MAIS IMPORTA:

- Peixe carapau;
- Cereais;
- Vegetais;
- Vestuário;
- Calçado.





Sua Excelência
Benilde João Macuamule
Governador da Província
de Inhambane

PROVÍNCIA DE INHAMBANE

Capital: Inhambane
Município(s): Homoine,
Inhambane, Massinga, Maxi-
xe, Quissico e Vilanculos
População: 1 496 824 hab.
(2017)
Área: 68 615 km²

BREVE DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA DA PROVÍNCIA NO CONTEXTO DA ENDE

A Província de Inhambane possui uma economia caracterizada pela riqueza dos seus solos que proporcionam a exploração de recursos minerais tais como gás natural, condensado, areias pesadas e calcário; desenvolvimento da agricultura, pecuária e pesca ao longo de toda a costa e áreas do interior, o que impõe, sobremaneira, enormes desafios, no aproveitamento integral das potencialidades existentes.

Para além de dispor de um manancial turístico, com mais de 700 km de costa, Inhambane é a única Província do País com quatro áreas de conservação que combinam o turismo de interior e de sol e praia, onde despontam os big five marinhos e terrestres, aptas para atracção de investimento e apreciadores destes segmentos de turismo.

A diversidade cultural e gastronómica é outra riqueza que desponta na Província, tendo a timbila sido proclamada pela UNESCO como património cultural imaterial da humanidade.

Nestes termos, com base neste potencial económico a acção governativa da Província, prende-se em “desenvolver a Província de Inhambane, apostando numa Economia Produtiva, competitiva, geradora de renda e emprego, com impacto directo na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, reduzindo os níveis de pobreza, num ambiente de paz, assegurando a harmonia e tranquilidade, consolidando a democracia e a governação descentralizada participativa e inclusiva”

OBJECTIVOS ECONÓMICOS E SOCIAIS DA PROVÍNCIA:

- Desenvolver o capital humano e justiça social;
- Impulsionar o crescimento económico, produtividade e geração de emprego;

- Fortalecer a gestão sustentável dos recursos naturais e do ambiente;
- Reforçar a democracia e preservar a unidade e coesão nacional;
- Promover a boa governação e descentralização;
- Reforçar a cooperação internacional.

ESTRATÉGIAS SECTORIAIS E TERRITORIAIS PARA IMPULSIONAR O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO NA PROVÍNCIA:

Destaca-se a Estratégia para a Elevação da Capacidade Produtiva da Província de Inhambane 2020-2030, que é um instrumento com um horizonte temporal de 10 anos, com acções prioritárias por sector, por forma a assegurar o desenvolvimento económico e social da província. De referir que, cada sector provincial, possui seus instrumentos estratégicos concebidos ao nível central, por forma a melhor auxiliar na planificação, tendo em conta as respectivas projecções de crescimento.

OBJECTIVOS DE PARTICIPAÇÃO NA FACIM:

A Província participa nesta Edição da FACIM, com o lema: *“Inhambane, Terra para os seus investimentos”*, alicerçada nos seguintes objectivos:

- Expor e divulgar as potencialidades da Província (produtos e serviços de qualidade);
- Estimular e atrair novas iniciativas de investimentos;
- Criar novas oportunidades de negócios e mercado para as Micro, Pequenas e Médias Empresas locais;
- Expansão e diversificação de mercados;
- Buscar parcerias e novas experiências;

- Buscar tecnologias e inovações.

PRODUTOS QUE A PROVÍNCIA LEVA PARA SEREM EXIBIDOS NA 59ª EDIÇÃO DA FACIM 2024:

A Província de Inhambane, irá expor dentre vários, os seguintes produtos: agrícolas, agro-processados, pescado, carnes e lacticínios, artesanato e mobiliário, inovações e a grande bandeira da Província que é o turismo, incluindo as áreas de conservação.

ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PARA ATRAIR INVESTIMENTOS NA PROVÍNCIA:

- Promoção de investimentos através da participação e organização de encontros de negócios, feiras económicas, e exposições nacionais e internacionais;
- Divulgação das potencialidades e oportunidades de investimento através da produção e publicitação de material audiovisual com destaque para folhetos, revistas e vídeos promocionais.

GANHOS ECONÓMICOS DAS EXPORTAÇÕES POR PRODUTO:

A Província de Inhambane, tem como principais produtos de exportação os seguintes: gás natural e condensado, coco e seus derivados, vegetais, castanha de caju bruta, fruta, pescado, madeira serrada, parquet de madeira e farinha de mandioca, donde advêm muitos ganhos económicos e sociais como emprego, incremento de renda para as comunidades locais, entrada de divisas para o País e o aumento da produção e produtividade.



PROVÍNCIA DE SOFALA

Sua Excelência
Lourenço Bulha
Governador da Província de Sofala



ACTIVIDADES ECONÓMICAS DA PROVÍNCIA

A actividade económica da Província é movida pela Agricultura, Transporte e Comunicações e Indústria Transformadora.

OBJECTIVOS DA PARTICIPAÇÃO NA FACIM:

- Expor e divulgar as potencialidades da Província (produtos e serviços de qualidade);
- Estimular e atrair novas iniciativas de investimentos;
- Criar oportunidades de negócios para as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME's);
- Promover a exportação de produtos locais.

RECURSOS MINERAIS (AMOSTRAS):

Ouro, Calcário, Basalto, Fluorite e Guano de Morcego;

PRODUTOS A SEREM EXPOSTOS DURANTE A 59ª EDIÇÃO DA FACIM:

- a) PRODUTOS AGRÍCOLAS:** Arroz, Amendoim, Gergelim, Milho, Mapira, Feijões, Castanha de Cajú, Ananás, Batata Reno, Batata Doce, Cebola, Alho, Gengibre, Abóbora, Amêdoa de Macadâmia, entre outros;
- b) PRODUTOS PESQUEIROS:** Peixe Vermelho, Peixe Pedra, Corvina e Camarão;

PRODUTOS AGRO-PROCESSADOS:

- Mel, Madeira diversificada e Mobiliário diverso;
- Realização e promoção de fóruns económicos, conferências de investidores, observatórios de desenvolvimento provincial;

PRODUTOS DE MINERAIS METÁLICOS E NÃO METÁLICOS:

Ferro e Cimento respectivamente;

SERVIÇOS: Infraestruturas, Empreiteiros de Construção Civil, entre outros.

ESTRATÉGIA PARA ATRAIR INVESTIMENTOS:

- Divulgação das potencialidades de negócios e investimentos nas feiras regionais e internacionais;
- Identificação e promoção de novos produtos com potencial exportável de modo a torná-los mais conhecidos e aceites nos mercados (Amêdoa de Macadâmia, Varão de 6mm e Sabão e Sabonete de Moringa);
- Divulgação da Carteira de Projectos para estabelecer parcerias Público e Privado.

Capital: Cidade Costeira da Beira.

Município(s): Beira, Dondo, Nhamatanda, Gorongosa, Marromeu e Caia.

População: 2 674 787 habitantes

Área: 68.108 km²

A Província de Sofala situa-se na Região Centro do País, com uma longa costa, numa reentrância do Canal de Moçambique. A sua capital é a Cidade Costeira da Beira, localizada a cerca de 1.190 km a Norte da Cidade de Maputo, Capital do País. Com uma área de 68.108 km² e uma população projectada (2023) de 2 674 787 habitantes, aproximadamente a 8% do País, esta Província, está dividida em 13 distritos e possui desde 2023, 6 Municípios: Beira, Dondo, Nhamatanda, Gorongosa, Marromeu e Caia.



GANHOS ECONÓMICOS:

- Gergelim: 91.865,81 Milhões USD.
- Camarão: 25.395,93 Milhões USD;
- Adubos e fertilizantes: 23.379,83 Milhões USD;
- Massas Alimentícias: 19.690,04 Milhões USD;
- Feijão Bóer: 11.554,20 Milhões USD;
- Tubo galvanizado: 9.276,04 Milhões USD.



PRODUTOS EXPORTADOS:

- Gergelim 17.77%;
- Camarão 4.90%;
- Adubos e Fertilizantes 4.52%;
- Massas Alimentícias 3.81%;
- Feijão Bóer 2.24%;
- Óleo alimentar 1.50%;
- Cimento 1.01%;
- Açúcar orgânico 0.66%;
- Tubo Galvanizado 0.48%.
- Farinha de trigo 0.47%;
- Caranguejo 0.03%.

PLANOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO PARA OS PRÓXIMOS 5 ANOS:

- Estratégia nacional de desenvolvimento 2022-2042 e
- Estratégia Territorial 2025-2034, em elaboração;
- Programa Quinquenal do Governo 2025-2029;
- Cenário fiscal de médio prazo (2025-2027).





Sua Excelência
Domingos Viola
Governador da Província
de Tete

PROVÍNCIA DE TETE

Capital: Tete

Municípios: Chitima, Moatize, Nhamayabué, Tete e Ulongué

População: 2 764 169 hab. (2017)

Area: 100 724 km²

Tete é uma província da região central de Moçambique, A sua capital é a cidade de Tete, localizada a cerca de 1570 km a norte da cidade de Maputo, a capital do país. Com uma área de 100 724 km² e uma população de 2 764 169 habitantes em 2017, esta província está dividida em 15 distritos e possui, desde 2022, cinco municípios.

A província é atravessada pelo rio Zambeze e é na sua parte média que se encontra a barragem de Cahora Bassa, uma das maiores do continente africano.

A Província apresenta excelentes condições agro-ecológicas para a prática da agricultura, plantações florestais, criação de animais e exploração mineira.

BREVE DESCRIÇÃO DA VISÃO ECONÓMICA DA PROVINCIA NO CONTEXTO DA ENDE

A agricultura, a pesca e a pecuária são as principais actividades para o desenvolvimento socio-económico da Província de Tete, em conjunto com a indústria extractiva de carvão que é encarada, cada vez mais, como uma actividade de índole empresarial de grande relevância.

No contexto da ENDE, pretende-se estimular o aumento da produção de culturas alimentares e de rendimento, através da exploração das vantagens agro-ecológicas e competitivas da região e criar condições para a modernização e aumento da produtividade do sector; desenvolver a indústria transformadora alimentar, têxtil, mobiliário, metalomecânica e de construção, com base nas matérias-primas existentes localmente; estimular o aumento de infraestruturas sociais e económicas, nos sectores de educação, saúde, turismo e outros.

PRODUTOS A EXPOR NA FACIM:

Os esforços da Província estão orientados para a geração de riqueza em todos os sectores de actividades, no quadro da implementação da política económica e social, cujo enfoque está em:

- Aumentar a produção global a preços constantes de 3,1%; promover um sistema educativo inclusivo, eficiente e eficaz que garanta a aquisição das competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) que respondam às necessidades de desenvolvimento; expandir o acesso e melhorar a qualidade dos serviços de saúde; aumentar a provisão e acesso à água potável nas zonas rurais com a subida da taxa de cobertura; promover a igualdade e equidade de Género e Inclusão Social e promover o empresariado da Província, entre outros.
- O plano e orçamento dos órgãos de governação provincial descentralizada, tem contribuído para o aumento das receitas económicas da Província, através da racionalização dos mecanismos de cobrança de receitas.

ESTRATÉGIAS SECTORIAIS E TERRITORIAIS PARA IMPULSIONAR O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:

Para impulsionar o crescimento económico, a Província assegura uma maior coordenação do processo de desenvolvimento, com vista a elevar as condições de vida da população, através da transformação estrutural da economia, assente na:

- Transformação da agricultura e da pesca, revitalização e expansão da Indústria transformadora; elaboração de Plano de Pormenor Urbanístico dos aglomerados populacionais; desenvolvimento do turismo ecológico, cultural e histórico; desenvolvimento de infraestruturas, etc.

OBJECTIVOS DE PARTICIPAÇÃO NA FACIM:

Com a participação na FACIM, pretende-se divulgar as potencialidades e oportunidades de investimento existentes na Província de Tete, principalmente para os sectores de agro-processamento, turismo, agricultura e pesca outras áreas de interesse.

OBJECTIVOS DE PARTICIPAÇÃO NA FACIM:

Com a participação na FACIM, pretende-se divulgar as potencialidades e oportunidades de investimento existentes na Província de Tete, principalmente para os sectores de agro-processamento, turismo, agricultura e pesca outras áreas de interesse.

EMPRESAS QUE IRÃO EXPOR NO STAND DA PROVINCIA:

- Associações de produtores;
- Empresas de exploração mineira;
- Empresas de processamento industrial e de agro-processamento;
- Empresas pesqueiras;
- Empresas de hotelaria e turismo;
- Empresas de carpintaria
- Artesãos
- E, outros empreendedores

PRODUTOS QUE A PROVINCIA TRAZ PARA A FACIM:

- Produtos agrícolas (cereais, feijões, batata reno, soja, hortícolas, etc);
- Produtos pecuários (carne caprina);
- Produtos pesqueiros (pende, chicao, peixe fumado, tilápia);
- Produtos minerais (carvão mineral, metais preciosos, etc)
- Industriais e agro-processados (farinha de milho, água mineral, obras de carpintaria, yougurtos, doces de maçanica);
- Produtos faunísticos (trofeus de caça, troncos fósseis, etc);
- Outros (malambe, maçanica, etc).

ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PARA ATRAIR INVESTIMENTOS NA PROVINCIA:

- Realização de pesquisas de mercado além fronteira;
- Organização e realização de fóruns de negócio com participação de empresários e/ou investidores nacionais e estrangeiros;
- Participação em feiras internacionais.

A PROVINCIA EXPORTA:

- Energia eléctrica;
- Carvão
- Tabaco processado;
- Peixe Kapenta;
- Peixe Tilápia;
- Malambe em pó.

A PROVINCIA IMPORTA :

- Material eléctrico;
- Peças e sobressalentes de viatura
- Maquinaria diversa;
- Óleos lubrificantes;
- Ração;
- Energia eléctrica;
- Carvão
- Tabaco processado;
- Peixe Kapenta;
- Peixe Tilápia;
- Malambe em pó.

PROVÍNCIA DE ZAMBÉZIA

Sua Excelência
Pio Augusto Matos
Governador da Província de Zambézia



BREVE DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA DA PROVÍNCIA NO CONTEXTO DA ENDE

No contexto da ENDE, a visão económica da Província assenta nos Pilares I, II e III nos quais se pretende criar um corredor de desenvolvimento, onde a construção de infraestruturas resilientes e industrialização aceleradas, vão impulsionar um crescimento socio-económico e sustentável da Província, com capital humano qualificado e motivado.

ESTRATÉGIAS PARA IMPULSIONAR O DESENVOLVIMENTO DA PROVÍNCIA:

- Elevação da capacidade produtiva provincial;
- Aumento da produtividade;
- Diversificação e competitividade com foco em 3 sectores estratégicos, agrário e pesqueiro, desenvolvimento de infraestruturas, industrialização e turismo.



ESTRATÉGIAS PARA ATRAIR INVESTIMENTOS NA PROVÍNCIA:

- Intensificação das campanhas de sensibilização junto aos empresários para o investimento das Zonas Económicas Especiais e Francas Industriais nos distritos de Mocuba e Lugela, para benefício da redução de taxas e incentivos fiscais;
- Realização e promoção de fóruns económicos, conferências de investidores e observatórios de desenvolvimento provincial;
- Exposição de potencialidades como oportunidade de investimentos e participação em feiras nacionais e internacionais.

OBJECTIVOS ECONÓMICOS E SOCIAIS DA PROVÍNCIA:

- Adoptar uma economia mais diversificada e competitiva, intensificando os sectores produtivos com potencial para elevar a geração de renda;
- Criação de mais oportunidades de emprego onde se pretende.
- Alcançar um crescimento de 14,2% na produção global;
- Arrecadar 22,6 mil milhões de Meticais em receitas fiscais;

- Aumentar a produção agrícola em 5,1%
- Melhorar a relação habitante/ técnico com a admissão de médicos e técnicos de saúde;
- Aumentar a taxa de cobertura de água rural para 62,3%.

O plano e orçamento dos órgãos de governação descentralizada provincial tem contribuído para o aumento das receitas económicas da Província através do estímulo do sector produtivo como de financiamento e capacitação de pequenas e médias empresas nas áreas de agricultura, indústria transformadora, mineração, hotelaria e restauração; .



Capital: Quelimane
Município: Alto Molocué, Gurúè, Maganja da Costa, Milange, Mocuba, Morrumbala e Quelimane
População: 5 110 787 hab. (2017)
Área: 105 008 km²

Zambézia é uma província situada na região centro de Moçambique. A sua capital é a cidade de Quelimane, localizada a cerca de 1 600 quilómetros ao norte de Maputo, a capital do país. Com uma área de 105 008 quilómetros quadrados e uma população de 5 110 787 habitantes em 2017, está dividida em 22 distritos, e possui, desde 2022, sete municípios.

Tanto em termos de área como de população a província está em segundo lugar, em área atrás de Niassa e quanto à população depois de Nampula. No topo leste da zona central de Moçambique, a Zambézia está limitada a norte pelas províncias de Nampula e Niassa, a leste pelo Canal de Moçambique, no Oceano Índico e a Sul pela província de Sofala. A oeste, para além da província de Tete, surge também o Malawi.

PRODUTOS MAIS EXPORTADOS:

- Areia pesada;
- Milho;
- Madeira serrada;
- Camarão;
- Soja;
- Macadâmia.
- Óleo cru





Sua Excelência
Manuel Rodrigues
Governador da Província
de Nampula

PROVÍNCIA DE NAMPULA

Capital: Nampula.
Município(s): Angoche, Ilha de Moçambique, Malema, Monapo, Mossuril, Nacala Porto, Nampula e Ribaué. **População:** 6 102 867 habitantes.
Área: 81 606km 2 81

Localizada no nordeste de Moçambique, a província de Nampula faz fronteira a norte, através do, com as províncias de Cabo Delgado e Niassa. A sudoeste está separada pelo rio Ligonhada Zambézia, encontrando-se a este com o Oceano Índico.

BREVE DESCRIÇÃO DA VISÃO ECONÓMICA DA PROVÍNCIA NO CONTEXTO DA ENDE

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento pressupõe que o alcance do desenvolvimento económico e social integrado, passa pela transformação estrutural da economia para um estágio competitivo e diversificado, apostando assim na industrialização como principal via para alcançar a visão de prosperidade e competitividade, assentes num modelo de crescimento inclusivo e sustentável, assegurando que os activos naturais continuem a oferecer os recursos e serviços ambientais dos quais depende o bem-estar e progresso contínuo do País. A Estratégia da Província de Nampula está baseada em 5 pilares de acordo com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento, nomeadamente: Transformação Estrutural da Economia, Transformação Social e Demográfica, Infra-estrutura e Ordenamento Territorial, Governação e Ambiente e Economia Circular, que serão operacionalizadas através de programas estruturantes com estratégias de integração de diferentes sectores, induzindo a maior coesão no processo de implementação desta.

OBJECTIVOS ECONÓMICOS E SOCIAIS DA PROVÍNCIA:

- Garantir a estabilidade económica e consolidação das finanças públicas, a redução da pobreza e das de-

sigualdades sociais, a criação de um ambiente favorável ao investimento público e privado, a geração de emprego, a melhoria da qualidade dos serviços públicos e aumento da renda das famílias;

- Criar condições para o estímulo da actividade económica, para o alcance de um crescimento económico rápido, sustentável e equilibrado, através de forte acção das parcerias público-privado-comunitário;
- Fortalecer o quadro institucional da Província, permitindo que as Administrações Distritais, Municípios e as IPCC's ofereçam respostas rápidas à demanda das comunidades, tomando como referência os princípios da transparência e da boa governação;
- Criar mais fontes de geração de renda nos distritos através de melhor utilização das receitas do Estado;
- Criar um ambiente de maior respeito pelos Direitos Humanos.

OBJECTIVOS DA PARTICIPAÇÃO NA 59ª EDIÇÃO DA FACIM:

- Expor as potencialidades de produção para exportação do País e promover oportunidades de negócios e de investimento nos diversos segmentos do tecido empresarial nacional e estrangeiro;
- Divulgar as potencialidades e oportunidades de investimentos da Província.
- Internacionalizar a economia provincial;
- Promover o estabelecimento de

parcerias entre empresas nacionais entre si e estas com empresas estrangeiras;

- Estimular novas iniciativas de investimento público e privado

ESTRATÉGIA PARA ATRAIR INVESTIMENTOS NA PROVÍNCIA:

- Intensificação das campanhas de sensibilização aos empresários para o investimento na Zona Económica Especial do Corredor de Nacala e Franca Industrial nos distritos de Moma, Larde e Angoche, para o benefício da redução de taxas e incentivos fiscais;
- Realização e promoção de fóruns económicos, conferências de investidores, observatórios de desenvolvimento provincial;
- Exposição de principais potencialidades e oportunidades de investimentos nas feiras nacionais e internacionais.



PRODUTOS MAIS EXPORTADOS:

- Areias pesadas;
- Madeira serrada e em torro;
- Peixe;
- Camarão;
- Carangueijo;
- Lagosta;
- Feijão bôer;
- Sisal;
- Sal;

- Castanha bruta;
- Amêndoa;
- Tabaco.

PRODUTOS MAIS IMPORTADOS:

Matéria-prima para as indústrias transformadoras tais como:

- polipropileno; metais, arame, crude, pano-cru, rolos para chapa.

PROVÍNCIA DE CABO DELGADO

Sua Excelência
Valige Tauabo
Governador da Província de Cabo Delgado



OBJECTIVOS ECONÓMICOS DA PROVÍNCIA:

Visa combater a pobreza e melhoria da qualidade de vida da população, com base no potencial de recursos naturais existentes na Província.

OBJECTIVOS ESPECÍFICOS:

- Desenvolver e expandir infraestruturas de qualidade para satisfazer as demandas sociais e económicas;
- Aumentar, modernizar e diversificar a base económica produtiva;
- Melhorar o sistema de justiça, segurança e tranquilidade pública;
- Garantir uma Governação transparente, participativa e inclusiva;
- Ressaltar os valores simbólicos do País, com enfoque nas províncias com o fim de garantir a paz e auto estima colectiva;
- Assegurar a gestão sustentável dos recursos naturais.



ORÇAMENTO DOS ÓRGÃOS DE GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZADA:

O plano e orçamento dos órgãos de governação descentralizada provincial tem contribuído para:

1. Capacitação e empoderamento das Micro PME's incluindo financiamento e integração económica no âmbito do conteúdo local;
2. Iniciativas estruturantes de mobilização de investimento e parcerias através do CPDE CD, SOCADE EP, Visite Cabo Delgado, que estão a contribuir para a criação do Fundo de Desenvolvimento Provincial.

ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO:

As estratégias utilizadas para atrair investimentos, é a criação de incentivos fiscais mais favoráveis para os investidores; simplificação de procedimentos para implantação de projectos estruturais, operacionalização de pólos de desenvolvimentos, parques industriais e bases logísticas, que vão operar em regime de zonas económicas especiais, conferindo um regime fiscal especial e atractivo ao investimento. Numa primeira fase, nos distritos de Pemba, Palma, Balama, Montepuez, Ancuabe e Mocímboa da Praia, prevendo atrair investimento para cadeia de valor das indústrias do gás, mineração, dinamizar o conteúdo local em diversas áreas,

com enfoque nas cadeias de valores agrárias e pesqueiras.

OS PRINCIPAIS PRODUTOS:

- Marca Visite Cabo Delgado;
- O Programa CD Parks;
- CPDE;
- Directórios das PMEs;
- Castanha processada da Sunshine Approach Fundation;
- Café de Mecúfi;
- Café de Ibo;
- Produtos pesqueiros;
- Minerais diversos;
- Cultura;
- Turismo.



OBJECTIVO DA PROVÍNCIA NA PRESENTE EDIÇÃO É DE:

- Expor potencialidades de novos produtos e serviços;
- Atrair investimentos no **VALOR 16,5 MILHÕES DE USD;**
- Firmar parcerias e acordos para acelerar a implementação do plano de **RECONSTRUÇÃO DE CABO DELGADO.**

Capital: Pemba
Município(s): Balama, Chiúre, Ibo, Mocímboa da Praia, Montepuez, Mueda e Pemba
População: 2 333 278 hab. (2017)
Área: 82 625 km²

A província de Cabo Delgado é uma subdivisão de Moçambique localizada no extremo nordeste do país. A sua capital é a cidade de Pemba, localizada a cerca de 2 600 km norte de Maputo, a capital do país. A província tem uma área de 82 625 km² e tinha, em 2017, uma população de 2 333 278 habitantes. Está dividida em 17 distritos e possui, desde 2022, sete municípios.

A província de Cabo Delgado está situada na região norte de Moçambique, fazendo fronteira, a norte com a Tanzânia, da qual está separada pelo rio Rovuma, a oeste com a província do Niassa e com a província de Nampula a sul, na outra margem do rio Lúrio. A este o limite é o Oceano Índico.

EMPRESAS ESTRATÉGICAS QUE IRÃO EXPOR NO STAND DE CABO DELGADO:

- Sunshine Approach Fundation;
- Korosho;
- NutriverdeOkala;
- Guidion Services;
- Nirinkay;
- Mamale;
- Café de Ibo;
- Café de Mecufi;
- Mozup;
- Ujama;
- Mármore;
- CDParks;
- CPDE;
- Visite Cabo Delgado;
- CEP CD;
- CSP de Cabo Delgado;
- Frutos da Horta.





Sua Excelência
Judite Massengele
Governadora da Província
de Niassa

PROVÍNCIA DE NIASSA

Capital: Lichinga
Município(s): Cuamba, Insaca, Lichinga, Mandimba, Marrupa e Metangula.
População: 1 865 976 hab. (2017)
Área: 129 056 km²

Niassa está localizada na região Noroeste de Moçambique e faz fronteira a Norte com a Tanzânia (através do Rio Rovuma), a Oeste com República do Malawi e limites a Leste com a Província de Cabo Delgado e Sul com as Províncias de Nampula e Zambézia. Em termos da divisão administrativa, Niassa tem 16 Distritos, 6 Municípios e 38 Postos Administrativos. A Província apresenta excelentes condições agro-ecológicas para a prática da agricultura, plantações florestais, criação de animais e exploração mineira.

OBJECTIVOS DA PARTICIPAÇÃO DA PROVÍNCIA NA 59ª EDIÇÃO DA FACIM

Divulgar as potencialidades sócio-económicas para atrair investimentos, fortalecer relações comerciais, parcerias e intercâmbios com os diferentes actores nacionais e estrangeiros, adquirir uma visão de marketing direccionado aos profissionais da área de produção, venda e divulgação de destinos turísticos.



ESTRATÉGIAS DE ATRACÇÃO DE INVESTIMENTO:

Oferecemos incentivos e facilidades fiscais nos sectores de Pescas, Agricultura, Exploração Florestal, Abastecimento de Água, Transporte, Minas, Turismo, Distribuição de Energia, Telecomunicações, Construção de Infra-estruturas e Aquisição de Bens e Equipamentos (moageiras, tractores, geradores, charruas) sendo: redução do Crédito Fiscal por investimento; amortizações e reintegrações aceleradas; redução do limite máximo da matéria colectável (modernização, tecnologia e formação); isenção de direitos de importação de equipamento agrário; redução da taxa de impostos sobre rendimento; incentivos excepcionais aos que excedam 500 milhões de dólares no investimento.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:

Promover os produtos emergentes e com maior potencial de produção (macadâmia, milho, trigo, soja) e estimular o agro-processamento e industrialização com factores dinamizadores da economia nas diferentes fases de cadeias de valor, através da realização de Fóruns de Investimento e de Negócios para investidores nacionais e estrangeiros, tornando-se, assim, na 1ª escolha para se investir e fazer negócios seguros e sustentáveis na Zona Norte de Moçambique.

O QUE MAIS EXPORTAMOS:

- **Macadâmia** pela D.D. FARMING;
- **Folheado de tronco** de eucalipto pela GREEN PLAY e
- **Madeira serrada** de pinho pela KEMA.



PRODUTOS A EXPÔR NA FACIM:

Queremos expôr as potencialidades agrícolas com destaque para os alimentares:

- **CEREAIS** (milho, trigo, arroz, mexoeira e mapira);
- **LEGUMINOSAS** com 16 variedades de feijões;
- **RAÍZES E TUBÉRCULOS** (batata reno, mandioca, batata doce de polpa alaranjada, inhame etc);
- **HORTÍCOLAS** (cenoura, repolho, cebola, alho etc);
- **NOZES** (macadâmia);
- **CULTURAS DE RENDIMENTO** (tabaco e algodão);
- **PRODUTOS PROCESSADOS** (café, macadâmia, farinha de milho e de soja, e óleo vegetal), etc.





ROBERT SHETKINTONG

Alto Comissariado da Índia

As relações entre Índia e Moçambique são fortes, antigas, históricas - os laços comerciais remontam a vários séculos. Um testemunho disso é que o templo indiano na Ilha de Moçambique tem mais de 500 anos. Na verdade, é um dos templos mais antigos da África continental.

Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique esteve presente na Vibrant Gujarat Summit no início deste ano, onde discursou no Fórum Empresarial Moçambique - Índia. Neste evento, pelo Presidente, foram convidados empresários indianos a vir e a investir em Moçambique. Devido a isso, a Índia será um país parceiro na FACIM 2024.

A Índia tem uma presença comercial substancial em Moçambique. Os maiores investimentos indianos foram nos sectores de carvão e gás natural. Além disso, a Índia tem presença em FMCG, produtos farmacêuticos, veículos, produtos de engenharia, etc. A Índia é um dos maiores parceiros comerciais de Moçambique. O comércio bilateral atingiu US\$ 5,1 bilhões em 2022 e US\$ 4,4 bilhões em 2023. Nossas exportações e importações estão mais ou menos equilibradas e isso é um bom presságio para os nossos países. As exportações da Índia para Moçambique compreendem, principalmente,

produtos petrolíferos, produtos de engenharia, produtos farmacêuticos, arroz, tecidos, máquinas, plástico, etc. Carvão de coque, ervilhas, caju e produtos agrícolas brutos são as principais exportações moçambicanas para a Índia. A Índia foi novamente o maior destinatário das exportações de Moçambique nos primeiros três meses deste ano. As exportações para a Índia foram de US\$ 331 milhões, o equivalente a 18,8% de todas as exportações moçambicanas no 1º trimestre de 2024. Há espaço para expandir e diversificar o comércio entre os nossos dois países

Temos uma grande comunidade indiana em Moçambique - cerca de 20.000 moçambicanos de origem indiana e cerca de 3.000 cidadãos indianos. Eles são nossos verdadeiros embaixadores conectando e ligando os dois países.

Temos uma forte parceria de desenvolvimento baseada no entendimento e respeito mútuos e, senso de parceria genuína baseada no princípio da cooperação Sul-Sul. Educação e saúde são áreas importantes de colaboração. Oferecemos 45 bolsas de estudo para estudantes moçambicanos para cursos de graduação, pós-graduação e doutorado. Todos os anos, cerca de 100 cidadãos moçambicanos participam de vários programas de treinamento de curta duração na Índia. Estes são totalmente financiados pela Índia.

Para a FACIM 2024, haverá delegações empresariais lideradas pela Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da Índia (FICCI) e pela Federação da Organização de Exportadores da Índia (FIEO). Além disso, empresas indianas já sediadas em Moçambique, irão participar na feira. Gostaria de agradecer à Agência de Promoção de Investimentos e Exportações por facilitar esta visita.

Dou as boas-vindas à delegação empresarial da Índia e encorajo a explorar oportunidades em Moçambique.



ARISTIDES MUHATE

Consultor em mudanças climáticas
aristides.muhate@gmail.com

EXPERIÊNCIAS E OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DE MERCADOS DE CARBONO EM MOÇAMBIQUE

Moçambique destaca-se como um dos países pioneiros no mercado de carbono voluntário, tendo dado início a sua trajetória em 2003 com o projecto comunitário de Nhambita, localizado nas províncias de Sofala e Cabo Delgado. Implementado pelo sector privado, este projecto envolveu, aproximadamente, 5.000 agricultores na adopção de práticas agrícolas

sustentáveis, restauração de florestas e conservação ambiental. Até 2014, o projecto teve um impacto positivo, beneficiando agricultores individuais, associações e comités de gestão de recursos naturais, através de pagamentos oriundos da venda de créditos de carbono.

Em 2013, Moçambique iniciou um processo nacional de preparação

para a implementação do REDD+, culminando no desenvolvimento da Estratégia Nacional do REDD+ em 2016 e, na aprovação do Decreto do REDD+ em Maio de 2018. Posteriormente, foi elaborado e implementado o primeiro projecto jurisdicional de REDD+ na Província da Zambézia, abrangendo nove distritos. Este projecto **continua em execução e já gerou 6,4 milhões de dólares americanos pela criação de 1,2 milhões de créditos, resultantes da redução do desmatamento.**

O programa piloto, conduzido pelo Estado moçambicano, serve como base para lições aprendidas e aprimoramentos em futuros projectos similares.

Além do REDD+, o País conta com diversas iniciativas no sector de energia, destacando-se os projectos de fogões melhorados, acesso à água e produção de energia em larga escala. Actualmente, existem 64 projectos de carbono registados, a maioria no mercado voluntário. Dentre eles, o Programa de Redução de Emissões da Zambézia, fruto de um acordo bilateral entre Moçambique e o Banco Mundial, e o projecto da central eléctrica de gás de Ressano Garcia, que está vinculado ao mecanismo de Desenvolvimento Limpo sob o Protocolo de Quioto. Predominantemente, os projectos são orientados para o sector energético, com ênfase na eficiência do uso de lenha e carvão, além do fornecimento de água potável.

Com a crescente demanda por créditos de carbono nos últimos 10 anos, houve um aumento significativo do interesse, especialmente nos sectores de Agricultura e Florestas com projectos REDD+. Moçambique possui um potencial con-

“Moçambique destaca-se como um dos países pioneiros no mercado de carbono voluntário, com uma trajetória iniciada em 2003, que já gerou 6,4 milhões de dólares e 1,2 milhões de créditos de carbono.”

CONTRIBUIÇÃO À SUSTENTABILIDADE LOCAL

Redução do desmatamento, fortalecimento das comunidades e **criação de empregos verdes.**



PROGRAMA REDD+ NA ZAMBÉZIA

Cobre 9 distritos e já gerou **US\$6.4 milhões e 1.2 milhões** de créditos de carbono



MODELO PILOTO PARA FUTUROS PROJETOS

Serve como referência para **implementação de iniciativas de REDD+** em outras regiões do país

siderável para **desenvolver projectos em energia, resíduos e processos industriais.** Esses três sectores são estratégicos para a economia nacional, capazes de gerar emprego e fomentar autonomia económica, além de promover uma economia de baixo carbono.

Com a implementação dos Acordos de Paris e a participação de

Moçambique como um dos países signatários, o papel do sector privado no desenvolvimento de uma economia de baixo carbono se torna essencial. O sector privado pode contribuir significativamente para os esforços globais de redução de emissões de gases de efeito estufa. Contudo, é fundamental que o Estado crie condições legais, institucionais e incentivos

que motivem a participação em projectos nos sectores de energia, resíduos e processos industriais.

A produção de um quadro legal para o carbono em Moçambique, abre oportunidades para que o Estado ofereça melhor suporte no desenho, implementação e transação de **créditos de carbono**, além de estabelecer as bases para

estruturar um sistema de mercado doméstico de carbono. Assim, entidades nacionais, como empresas e indivíduos, poderão se tornar os principais compradores de créditos de carbono provenientes dos projectos em implementação no País

A IMPORTÂNCIA DA CONFORMIDADE COM AS LEIS E PROCEDIMENTOS



MALAIKA RIBEIRO

MANAGING PARTNER | ADVOGADA & FISCALISTA

MXR ADVOGADOS & ASSOCIADOS

malaika.ribeiro@tvcabo.co.mz

+258823093240 | +258878424188

As Pequenas e Médias Empresas (PME) enfrentam muitos desafios de conformidade, que muitas vezes se traduzem na falta de recursos internos e de conhecimento das leis e procedimentos em vigor.

Investir numa gestão atenta da conformidade, pode gerar imensos benefícios para a empresa, nomeadamente:



Cumprimento dos requisitos legais, laborais, contabilísticos e fiscais em vigor;



Protecção da empresa e dos colaboradores no que toca a multas e outras penalidades;



Protecção e melhoria da sua reputação perante clientes, parceiros, investidores, bancos e autoridades públicas;



Identificação atempada de riscos e omissões;



Tomada de medidas apropriadas e proactivas contra qualquer omissão;

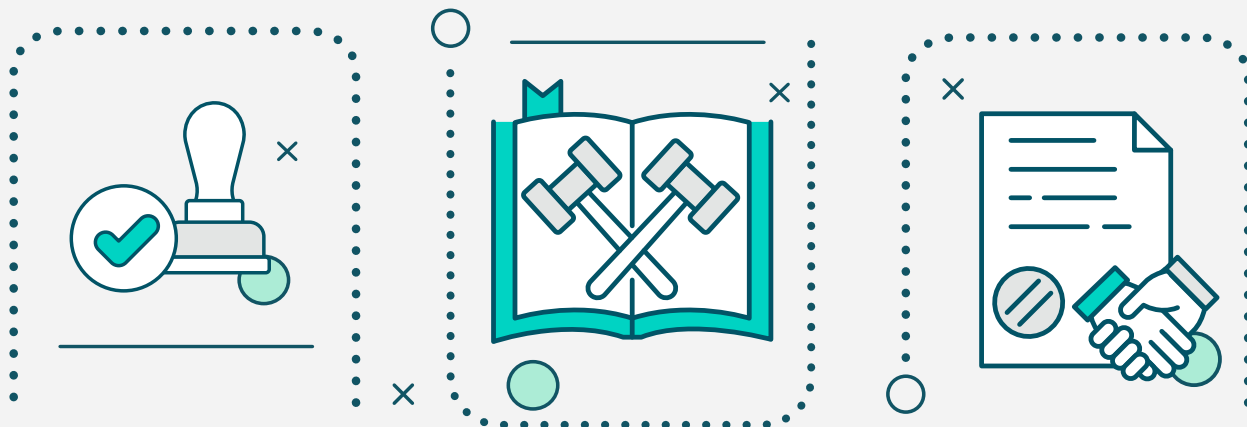
VALE SALIENTAR QUE O CUMPRIMENTO É OBRIGATÓRIO, NÃO OPCIONAL

As violações da lei, como omissões de cumprimento, suborno, branqueamento de capitais ou fraude, têm consequências graves, pois não só prejudicam a reputação da empresa, como também podem levar a pesadas multas e outras penalidades, como a cassação das licenças, encerramento temporário do negócio, ou mesmo a pena de prisão.

Determinadas infracções (p.ex. fiscais e aduaneiras) podem implicar a responsabilização dos administradores, directores, gerentes e outras pessoas que exerçam as funções de administração das sociedades, se se verificar que os mesmos não realizaram os actos necessários, no âmbito da sua competência, para o devido cumprimento das obrigações fiscais e aduaneiras inerentes.

AS MEDIDAS DE CONFORMIDADE PROTEGEM A REPUTAÇÃO DE UMA EMPRESA

A gestão adequada de conformidade não só ajuda uma empresa a evitar multas e outras penalidades, como também ajuda a proteger a reputação da empresa e dos seus colaboradores.



DICAS PARA AS PMES

Darem os primeiros passos na implementação de medidas de gestão de conformidade e melhorar o respectivo cumprimento:

Apresentamos abaixo algumas dicas simples para a sua empresa definir o rumo certo para uma melhor conformidade:

1. Realize uma auditoria para identificar os riscos mais significativos na empresa

Pode fazê-lo internamente, ou contratar empresas especializadas para o efeito.

Um correcto diagnóstico do nível de cumprimento da empresa no que toca às várias obrigações de conformidade (a nível jurídico, fiscal, laboral e de segurança social, regulatório, ético, etc.), permitirá à empresa regularizar as omissões encontradas e, em seguida, desenvolver medidas para mitigar os riscos mais significativos. Pode não ser capaz

de eliminar todos os riscos de uma só vez, mas é importante elaborar um roteiro com os próximos passos.

Note ainda que, em determinadas áreas (e.g. fiscal, segurança social), a regularização voluntária tem a vantagem de proporcionar a redução das multas aplicáveis, o que por si representa uma grande vantagem.

2. Defina uma pessoa ou equipa específica na empresa para gerir as questões de conformidade

O importante é que as questões de conformidade fiquem sob a responsabilidade de alguém do Conselho de Administração ou do departamento jurídico ou ainda da área financeira da empresa.

O ideal seria até estabelecer uma equipa que

abarcasse um membro de cada área acima mencionada, por forma a assegurar a capacidade técnica necessária à correcta implementação e monitorização da conformidade da empresa.

Esta equipa deveria ser conhecida por todos os colaboradores e o seu papel devida e claramente explicado.

3. Promova uma cultura corporativa ética

Defina o conjunto de valores que representam a visão da empresa e norteiam as decisões da administração, de modo coerente e sistemático.

A cultura corporativa ética implica a estrita observância das regras e procedimentos estabelecidos por lei e, internamente, pela própria empresa, o respeito pelo meio ambiente e pelos cidadãos (co-

laboradores, clientes, fornecedores e o ser humano em geral), bem como a adopção de boas práticas na condução dos negócios.

Para o efeito, envolva o departamento de recursos humanos (e outros relevantes) desde o início e forneça formação regular aos gestores e colaboradores e, se necessário, estenda esta formação a fornecedores.

4. Implemente um sistema de denúncias

Forneça aos seus colaboradores os meios necessários para que possam denunciar, anonimamente, qualquer irregularidade detectada e garanta que a equipa responsável por monitorar este assunto tome as medidas apropriadas, por forma a garantir que haja confiança no sistema. ■

A IMPORTÂNCIA DOS SEGUROS PARA ALAVANCAR A ECONOMIA MOÇAMBICANA



Conferência Anual de Seguros: Seguradoras Desafiadas a Garantir o Crescimento de Ramos Vida, Pensões e Micro-Seguros.

1. Quais são as iniciativas que a instituição promove para garantir que os seus serviços sejam acessíveis ao público?

O Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, IP, (ISSM,IP), como entidade pública, cujo objecto é a supervisão e fiscalização da actividade seguradora no País, enquadra-se nos seguintes objectivos Estratégicos do PQG 2020-2024:

- Melhorar a prestação de serviços públicos e reforçar a integridade da Administração Pública;
- Promover o crescimento sólido e estável do mercado de seguros.

O ISSM,IP, entende que, o melhor recurso de promoção de seus serviços é através da prestação de informação de forma regular e realização de capacitações em matéria do seu domínio, seguros. É assim que adoptou a Estratégia de Educação Financeira em Seguros que, dentre outras acções, consistiu em criar mecanismos de comunicação e relações com os consumidores tais como:

- **Página web (www.issm.gov.mz);**
- **E-mail (info@issm.gov.mz);**
- **Linha verde (21/82 500 600 800).**

2. Quais são as práticas e políticas de supervisão adoptadas pelo ISSM, IP?

O papel do ISSM,IP, é de fazer a supervisão e fiscalização da actividade seguradora e da respectiva mediação, bem como da actividade de gestão de fundos de pensões, através de inspecções on-site e off-site, nos termos da legislação que rege a actividade seguradora.

No entanto, com vista a reforçar o seu papel de supervisor, está a realizar a revisão do Regime Jurídico dos Seguros, aprovado pelo Decreto Lei no 1/2010 de 31 de Dezembro, e do respectivo Regulamento, aprovado pelo Decreto no 30/2011, de 11 de Agosto, com o objectivo de incorporar as boas práticas internacionais emanadas pela Associação Internacional dos Supervisores de Seguros (IAIS). Sobre a reforma legislativa, a que se encontra em vigor, relativamente aos fundos de pensões, data de 2009, através do Decreto no 25/2009, de 17 de Agosto, estando igualmente em curso a sua revisão com o objectivo de incorporar nela as boas práticas internacionais emanadas pela Organização Internacional dos Supervisores de Pensões (IOPS).

3. Tem se visto mudanças no sector tecnológico, como a inteligência artificial e o big data. Como estas mudanças tem afectado e transformado o sector de seguros?

Noutros quadrantes o mercado segurador depara-se com o aparecimento massivo das Insurtechs que são entidades empreendedoras, muitas vezes de corretagem, que se dedicam ao desenvolvimento de tecnologias inovadoras específicas para o sector de seguros. Em Moçambique verifica-se um número crescente de Fintechs, que são entidades desenvolvedoras de tecnologias direccionadas ao sector financeiro no geral.



Ministro da Economia e Finanças Confere Posses à Novos Administradores Executivos do ISSM

Assim, pode-se afirmar que a tecnologia desempenha um papel fundamental pois traz inovações que impactam directamente a forma como os serviços financeiros são oferecidos e geridos. Com o avanço das ferramentas tecnológicas, as seguradoras, por exemplo, têm a possibilidade de melhorar a eficiência dos processos, oferecer um atendimento mais personalizado e agilizar contratações.

4. O que o ISSM,IP, tem feito no âmbito da prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo?

No cumprimento das suas atribuições estatutárias de fiscalização e supervisão do mercado segurador e no quadro do combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, o ISSM,IP, aderiu ao Bank Supervision Application (BSA) para garantir a supervisão atempada e tempestiva do referido mercado.

No âmbito do cumprimento do Resultado Imediato 1.2., do Grupo de Acção Financeira - GAFI, referente à "Promoção da compreensão do risco de Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa, o ISSM,IP, tem realizado, em todo o País, Seminários de Sensibilização sobre Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo dirigidos ao mercado segurador e interessados. Portanto, são diversas as acções levadas a cabo pelo ISSM,IP, relativas às recomendações do GAFI, como a avaliação de riscos e aplicação de uma abordagem baseada no risco, a cooperação e coordenação nacional, aplicação de sanções, adequação de matérias sobre o assunto na legislação que rege a actividade do sector, entre outras.

5. Quanto ao sector de saúde, qual é a importância destes serviços no sector em causa e como estes garantem acesso a cuidados médicos e na redução de despesas pessoais com tratamentos e medicamentos?

O seguro, no geral, é importante para o tomador do seguro na medida em que se verifica a transferência do risco para uma entidade competente e com capacidade para o efeito. É um acordo através do qual o segurador assume a cobertura de determinados riscos, comprometendo-se a satisfazer as indemnizações ou a pagar o capital seguro em caso de ocorrência de sinistro, nos termos acordados. Em contrapartida, a pessoa ou entidade que celebra o seguro (o tomador do seguro) fica obrigada a pagar ao segurador o prémio correspondente, ou seja, o custo do seguro.

IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO



1. Qual é o enquadramento da nova Estratégia de Desenvolvimento Nacional no âmbito das questões conjunturais e estruturais do País?

A Estratégia de Desenvolvimento Nacional (ENDE) foi reformulada. Não é uma nova ENDE, mas sim uma actualização com o objectivo de responder de maneira eficaz, tanto aos desafios conjunturais quanto às questões estruturais que Moçambique enfrenta actualmente. No âmbito das questões conjunturais, a ENDE reconhece a volatilidade económica global, os impactos das mudanças climáticas e as crises recentes, como a pandemia de COVID-19, e propõe medidas coordenadas para mitigar esses desafios a curto e médio prazo, assegurando a estabilidade económica e social.

A ENDE aborda as questões estruturais de longo prazo que têm, historicamente, limitado o crescimento e o desenvolvimento sustentável do País. Esses desafios incluem a necessidade de diversificar a economia, reduzir a dependência de recursos naturais, transformar a base produtiva e fortalecer as capacidades institucionais.

A estratégia se distingue por integrar uma visão de longo prazo, ou seja, ela não se concentra apenas em resolver problemas imediatos, mas também em planificar o futuro do País. Um dos pilares centrais da ENDE é a transformação estrutural da economia, que visa promover um crescimento inclusivo e sustentável, ao mesmo tempo que constrói resiliência para lidar com choques conjunturais.

2. De que forma é que as lições aprendidas da Estratégia de Desenvolvimento Nacional de 2015-2035 influenciaram na criação do ENDE 2025-2044?

As lições aprendidas durante a implementação da Estratégia de Desenvolvimento Nacional (ENDE) 2015-2035, desempenharam um papel crucial na reformulação da ENDE 2025-2044. Primeiramente, houve um reconhecimento da importância de uma coordenação mais eficaz entre as diferentes políticas sectoriais e territoriais. A estratégia foi redesenhada para promover uma maior integração entre os sectores, assegurando que os objectivos e metas sejam consistentes e complementares.

Ademais, a experiência anterior destacou a necessidade de fortalecer as capacidades institucionais para implementar as políticas de forma mais eficaz e eficiente. Assim, a ENDE 2025-2044 inclui um

foco maior no desenvolvimento de capacidades, tanto a nível central quanto local, para garantir que as estratégias possam ser executadas com sucesso.

Outro aprendizado importante foi, a necessidade de uma maior flexibilidade e adaptabilidade na estratégia, para permitir ajustes em resposta a mudanças conjunturais e estruturais imprevistas. A ENDE 2025-2044 foi reprojectada com mecanismos mais robustos para monitorar e avaliar o progresso, permitindo ajustes oportunos e garantindo que a estratégia permaneça relevante e eficaz ao longo do tempo.

Por fim, a participação e o envolvimento de múltiplos stakeholders durante o processo de implementação da ENDE anterior, mostraram-se fundamentais para o sucesso. Com base nisso, a ENDE 2025-2044 reforça a importância de uma abordagem inclusiva, que envolve não apenas o governo, mas também o sector privado, a sociedade civil e as comunidades locais, desde a fase de planificação até à execução e monitoria.

3. Quais são os projectos prioritários em vista? E como a ENDE os pretende implementar?

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE) identifica uma série de projectos prioritários que são essenciais para promover o desenvolvimento sustentável de Moçambique. Esses projectos estão alinhados com os pilares estratégicos da ENDE e são voltados para sectores-chave da economia, infraestrutura e desenvolvimento social. Para garantir uma abordagem estruturada e eficaz, será desenvolvida uma carteira de programas que permitirá a planificação por programas, facilitando a coordenação e a implementação desses projectos.

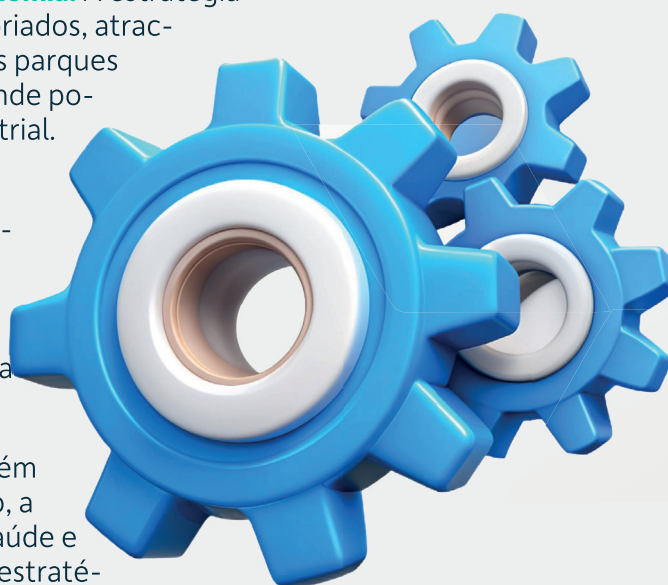
1. Em zonas que apresentam grande potencial para revitalização dos parques industriais, Desenvolvimento de Infraestruturas de Transporte e Energia, a ENDE fomenta a expansão e modernização da infraestrutura de transporte, como rodovias, ferrovias e portos, para além de apoiar o desenvolvimento de projectos de energia sustentável.

2. Fortalecimento do Sector Agrário: estes projectos serão apoiados através de parcerias estratégicas, programas de capacitação para os produtores e a introdução de tecnologias modernas para aumentar a eficiência do sector.

3. Diversificação e Industrialização da Economia: A estratégia inclui o fornecimento de incentivos apropriados, atracção de investimentos e a revitalização dos parques industriais em zonas que apresentam grande potencial para catalisar o crescimento industrial.

4. Educação e Desenvolvimento de Capital Humano: a estratégia inclui um foco especial na promoção da educação em áreas críticas como Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática (CTEM), essenciais para o desenvolvimento de uma economia moderna e competitiva.

5. Saúde e Bem-Estar Social: a ENDE também prioriza projectos que melhorem o acesso, a qualidade e a eficiência dos serviços de saúde e ampliem a cobertura de saúde pública. A estratégia para implementar estes projectos inclui a construção de novas unidades de saúde, a formação contínua



de profissionais de saúde e a expansão de programas de saúde preventiva.

4. Quais são as iniciativas previstas para melhorar a educação e a capacitação da força de trabalho?

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE), reconhece a importância crítica da educação e da capacitação da força de trabalho para o desenvolvimento sustentável de Moçambique. Em linha com essa visão, a ENDE prevê uma série de iniciativas estratégicas, com destaque para o fortalecimento da educação em áreas críticas como Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática (CTEM), igualmente de programas que alinhem a formação profissional com as necessidades do mercado de trabalho.

Iniciativas Estratégicas:

- 1. Desenvolver o Capital Humano com Foco em CTEM:** a ENDE estabelece a meta de desenvolver o capital humano, com base no estabelecimento e manutenção de padrões de qualidade educacional, com foco em áreas críticas como CTEM e módulos focados em habilidades digitais
- 2. Fortalecimento e Expansão dos Programas Técnicos e Vocacionais:** serão criados centros de formação especializados, em várias regiões do País, com suporte tecnológico, garantindo a certificação de qualidade e preparando os estudantes para o mercado de trabalho.
- 3. Alinhamento da Educação Profissional com as Necessidades do Mercado:** a ENDE também prioriza o alinhamento dos programas de educação profissional com o ensino superior e as necessidades do mercado de trabalho, garantindo que os estudantes sejam aptos a atender às demandas e tendências do mercado.
- 4. Formação Contínua de Professores:** um dos focos é o fortalecimento da formação contínua e o desenvolvimento de professores em pedagogia moderna e uso de tecnologia.
- 5. Parcerias Público-Privadas:** a ENDE promove a colaboração entre o governo, o sector privado e outras partes interessadas para enriquecer o Sistema Nacional de Educação (SNE). Incluindo:
 - Provisão de recursos educacionais, desenvolvimento curricular e suporte tecnológico, criando sinergias que promovam uma educação de qualidade.
 - Incentivo a iniciativas de responsabilidade social corporativa para melhorar a infraestrutura escolar, oferecer programas de bolsas de estudo e capacitar professores.
- 6. Integração de Tecnologia Educacional:** a ENDE prevê o investimento no uso de tecnologia educacional para criar ambientes de aprendizagem digitais, dinâmicos e acessíveis, com foco na educação contínua e flexível, especialmente em áreas rurais.

Desenvolvimento de uma Força de Trabalho Altamente Qualificada:

Prevê-se que esta estratégia seja feita, através de programas de formação especializados e de oportunidades de requalificação para trabalhadores, garantindo que a força de trabalho moçambicana esteja equipada para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades do futuro.

5. Tendo em conta que a ENDE visa abranger projectos sociais, que políticas são implementadas para o desenvolvimento de áreas mais carentes?

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE) reconhece a importância de promover o desenvolvimento inclusivo, assegurando que todas as regiões do país, especialmente as que necessitam de maior suporte, se beneficiem dos avanços sociais e económicos. Para alcançar este objectivo, a ENDE

propõe políticas e iniciativas voltadas para reduzir as disparidades regionais e melhorar as condições de vida das comunidades menos favorecidas.

Políticas e Iniciativas para o Desenvolvimento de Áreas Necessitadas:

- 1. Expansão de Infraestruturas Básicas:** a promoção destes projectos visa melhorar a qualidade de vida, garantindo o acesso a serviços básicos fundamentais para o desenvolvimento social e económico.
- 2. Melhoria do Acesso à Educação e Saúde:** políticas que incluirão a construção de escolas e unidades de saúde em áreas rurais e periféricas, bem como a capacitação de profissionais para atender às necessidades locais.
- 3. Programas de Inclusão e Protecção Social:** a ENDE promove programas que visam reduzir a pobreza e as desigualdades, oferecendo suporte para as famílias mais vulneráveis. Inclui iniciativas que estimulam a geração de renda e a inclusão social, fortalecendo a protecção e o bem-estar das comunidades.
- 4. Desenvolvimento Económico e Local:** a ENDE apoia o desenvolvimento económico local através de iniciativas que incentivam a criação de empregos e o empreendedorismo, nas áreas menos favorecidas, incluindo o apoio a pequenas e médias empresas (PMEs), cooperativas e actividades económicas que utilizem os recursos locais de forma sustentável.
- 5. Investimentos em Agricultura e Segurança Alimentar:** reconhecendo a importância da agricultura para muitas comunidades, a ENDE implementa políticas para melhorar a produtividade agrícola e garantir a segurança alimentar, oferecendo apoio técnico e acesso a recursos essenciais para os agricultores.
- 6. Incentivo ao Uso de Tecnologia e Inovação:** a ENDE incentiva o uso de tecnologia e inovação em áreas necessitadas, para promover o desenvolvimento, podendo incluir iniciativas de educação à distância, telemedicina e centros comunitários de tecnologia que proporcionem acesso a recursos digitais e capacitação.

6. Que órgãos são responsáveis pela execução e monitoria dos projetos? E que indicadores são usados para medir o progresso?

A implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE) será garantida por uma estrutura clara de órgãos responsáveis pela execução, monitoria e supervisão, assegurando que as acções estejam em consonância com os objectivos estratégicos estabelecidos.

Órgãos Responsáveis pela Execução e Monitoria:

1. Conselho de Ministros;
2. Órgãos Centrais e Locais (Provinciais e Municipais);
3. Observatório de Desenvolvimento Nacional;



4. Assembleia da República e Assembleias Provinciais e Municipais;

Tribunal Administrativo.

Indicadores para Medir o Progresso: A monitoria e avaliação da ENDE são realizadas utilizando uma matriz de indicadores de desenvolvimento nacional, que mede os resultados em curto, médio e longo prazo, incluindo:

Indicadores de Desempenho: avaliam a execução de infraestruturas e expansão de serviços básicos.

Indicadores Sociais: medem impactos como taxas de alfabetização, mortalidade infantil, e acesso a serviços de saúde e educação.

Indicadores Económicos: avaliam o crescimento do PIB, taxas de emprego, e produtividade sectorial.

Indicadores de Sustentabilidade Ambiental: monitoram a gestão sustentável dos recursos naturais e a redução das emissões de carbono.

Indicadores de Governação: avaliam a transparência, eficiência na utilização de recursos, e, a participação cidadã nos processos decisórios.

7. Como podemos utilizar as receitas da indústria extractiva para promover a diversificação económica e reduzir a dependência de recursos naturais?

A utilização estratégica das receitas geradas pela indústria extractiva é fundamental para promover a diversificação económica de Moçambique e reduzir a dependência excessiva de recursos naturais. Para alcançar esses objetivos, é essencial adoptar uma abordagem integrada que direcione os recursos financeiros para áreas que possam gerar crescimento económico sustentável e inclusivo. Estratégias para Utilizar as Receitas da Indústria Extrativa:

- Investimento em Infraestruturas de Suporte;
- Desenvolvimento do Capital Humano;
- Fomento à Inovação e Tecnologia;
- Apoio a Pequenas e Médias Empresas (PMEs);
- Desenvolvimento de Cadeias de Valor Locais, como a petroquímica ou a fabricação de produtos derivados de minerais, que podem agregar valor e criar empregos;
- Promoção do Sector Agrário e Industrial;
- Incentivo ao Turismo e Serviços.



A diversificação económica a partir das receitas da indústria extractiva exige uma visão estratégica e de longo prazo. Ao direccionar estas receitas para o desenvolvimento de infraestruturas, capital humano, inovação e sectores emergentes, Moçambique pode construir uma economia mais resiliente e menos dependente de recursos naturais.

Por seu turno, o seguro de saúde é importante na medida em que garante, em caso de doença, a prevenção e acesso a assistência médica imediata, sem ter de se preocupar com despesas extra. São várias as vantagens de possuir um seguro de saúde, dentre elas o acesso a uma ampla rede de prestadores de cuidados de saúde, a possibilidade de inclusão do agregado familiar, a possibilidade de comparticipação de despesas e de médico ao domicílio, a medicina preventiva gratuita e cuidados ao domicílio.

8. Quais medidas o ISSM tem preparado para a ocorrência de catástrofes e inundações, onde numa primeira fase ajudariam com a recuperação económica e social?

O Governo de Moçambique, em parceria com o Banco Mundial, determinado na busca de soluções para fortalecer o País, estabeleceu mecanismos de financiamento e respostas aos desastres naturais através da adesão do seguro sobeno, aumentando assim a resiliência contra eventos climáticos no País. O seguro destina-se a eventos de alta intensidade (severos) e de menor frequência, por terem grande impacto socioeconómico, como por exemplos, os ciclones com uma categoria igual ou superior a 3 (Idai e Kenneth).



ISSM, IP e CEC (Comitê Executivo de Coordenação) Sensibilizam Seguradoras Sobre Branqueamento de Capitais.



APIEX

MOÇAMBIQUE

Agência para a Promoção
de Investimentos e Exportações, I.P

☎ (+258) 21321291 | 823056432



A APIEX É A SUA LOJA ÚNICA PARA A CRIAÇÃO DE NEGÓCIOS EM MOÇAMBIQUE

- Registo de empresa
- Certificação de investimento
- Licenciamento de negócio
- Autorizações de trabalho e residência
- Concessão de terrenos para investimento
 - Pedido de incentivos fiscais
 - Registo de capital estrangeiro



NOSSA ESPECIALIDADE

- Promoção e facilitação de investimentos
- Promoção de exportações e acesso a mercados
- Perfil e promoção de projetos
- Acompanhamento de investidores
 - Inteligência de mercado
- Promoção de oportunidades de negócios e vínculos
 - Defesa do investimento



NOSSA LOCALIZAÇÃO

Agência para a Promoção de
Investimento e Exportações, IP

Av. Ahmed Sekou Touré n° .2539
info.apiex@apiex.gov.mz
www.apiex.gov.mz
Maputo - Mozambique

Rua da Imprensa n° .332, R/C,
Edifício 33 Andares
info.apiex@apiex.gov.mz
www.apiex.gov.mz
Maputo - Mozambique

